

INVENTÁRIO NACIONAL
DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA • INDL

Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL

1

PATRIMÔNIO CULTURAL E
DIVERSIDADE LINGUÍSTICA





© IPHAN 2014

GUIA DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO PARA O INDL
INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

VOLUME 1

PATRIMÔNIO CULTURAL E DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

PRESIDENTA DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff

MINISTRA DA CULTURA

Marta Suplicy

PRESIDENTA DO IPHAN

Jurema Machado

DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL

Célia Corsino

COORDENADORA GERAL DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO

Mônia Silvestrin

COORDENADOR DE IDENTIFICAÇÃO

Marcus Vinicius Garcia

COORDENADORA DE REGISTRO

Diana Dianovsky

Guia de pesquisa e documentação para o INDL: patrimônio cultural e diversidade linguística / pesquisa, Thiago Costa Chacon [et al.]. – Brasília, DF: Iphan, 2014.

2 v.; 18 x 25 cm

ISBN: v.1 978-85-7334-269-7

v.2 978-85-7334-270-3

1. Diversidade linguística. 2. Patrimônio Cultural. 3. INDL. I. Chacon, Thiago Costa.

CDD 410



Ministério da
Cultura



Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL

1 PATRIMÔNIO CULTURAL E DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

PESQUISA, ELABORAÇÃO E REDAÇÃO

Thiago Costa Chacon
CONSULTOR IPHAN/UNESCO//UNB

Ana Paula Seiffert
CONSULTORA IPHAN/UNESCO

Flávia de Freitas Berto
CONSULTORA IPHAN/UNESCO

Giovana Ribeiro Pereira
MESTRANDA PEP/IPHAN

Mônia Silvestrin
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL

Marcus Vinicius C. Garcia
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO IMATERIAL

EQUIPE DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL

Alessandra Rodrigues de Lima

Diana Dianovsky

Ellen Krohn

Ivana Cavalcante

Morgana Fernandes

Natália Brayner

Paulo Peters

Rívia Bandeira

Sara Morais

MEMBROS DO GTDL 2006-2010

Aryon Rodrigues

Carlos Augusto Abicalil

Dennis Moore

Edy de Freitas

Francisca Picanço

Gilvan Müller de Oliveira

José Carlos Levinho

Jurema Machado

Juscelina Nascimento

Márcia Sant'Anna

Maria Cecília Londres

Maria do Rosário Almeida

Nilza de Oliveira Martins Pereira

Suzana Grillo

COLABORADORES

Américo Machado Filho

Cléo Vilson Altenhofen

Dante Lucchesi

Evangelina Cavalcante

Francisca Picanço

Gilvan Muller de Oliveira

Márcia Oliveira

Margarida Petter

Marianne Cavalcante

Marley Pertile

Ronice Muller de Quadros

Rosângela Morello

Síntia Bausen Kuster

Stella Maris Borttone

Yeda Pessoa de Castro

COMISSÃO TÉCNICA DO INDL

Célia Maria Corsino IPHAN/MINC

Mônia Silvestrin SUPLENTE

Bruna Franchetto MUSEU DO ÍNDIO/MJ

Alexander Noronha de Albuquerque SUPLENTE

Dennis Moore MUSEU GOELDI/MCTI

Hendrikus Van der Voort SUPLENTE

Nilza Pereira de Oliveira Martins

IBGE/MPOG

Andrea da Silva Borges SUPLENTE

Viviane Fernandes Faria MEC

Suzana Martelletti Grillo Guimarães SUPLENTE

DESIGN GRÁFICO

Elayne Fonseca | CASA 8

Beatriz Ferreira

LOGOTIPO

Diego Simas



O GUIA DE PESQUISA E

DOCUMENTAÇÃO PARA O INVENTÁRIO NACIONAL

DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA é um instrumento da Política da Diversidade Linguística e tem como objetivo disponibilizar orientações para a realização de inventários linguísticos. Esses inventários podem servir de subsídio para solicitações de inclusão de línguas no INDL.

O GUIA está estruturado em dois volumes e um suplemento metodológico. O **VOLUME 1** traz uma apresentação geral da Política da Diversidade Linguística e do processo de inventário, nas suas diferentes dimensões. O **VOLUME 2** apresenta o formulário do INDL e um roteiro temático de pesquisa. O **Suplemento Metodológico** apresenta alguns instrumentos e orientações técnicas desenvolvidos em outras pesquisas, que podem servir de referência para a realização dos inventários.

VOLUME 1 **PATRIMÔNIO CULTURAL E DIVERSIDADE**

LINGUÍSTICA é dividido em seis capítulos. O primeiro capítulo apresenta a Política da Diversidade Linguística, suas linhas de atuação e seus instrumentos. O segundo capítulo aborda a relação entre diversidade linguística e patrimônio cultural. O processo de inclusão de línguas no INDL é abordado no terceiro capítulo. Do capítulo quatro ao seis são abordados as diferentes dimensões que constituem a **proposta de inventário**, desde os seus conceitos estruturantes até as orientações para organização dos arquivos audiovisuais, incluindo os temas da documentação linguística, das técnicas de pesquisa e do tratamento de dados.

VOLUME 2 **FORMULÁRIO E ROTEIRO DE PESQUISA**

dividido em duas partes. A primeira trata do formulário do INDL, com as respectivas orientações para o seu preenchimento. Na segunda parte são apresentadas seções com orientações sobre os diversos temas de pesquisa relativos ao escopo do inventário. Nela também são contempladas, do ponto de vista procedimental, algumas temáticas que requerem abordagem conceitual específica, tais como denominações, classificação genética, atitudes e representações, língua e variedades, usos linguísticos e a escala de vitalidade linguística.

SUMÁRIO

SEÇÃO 1	A POLÍTICA DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA	10
1.1	<i>A construção de uma política</i>	11
1.2	<i>Categorias de línguas</i>	13
1.3	<i>Linhas de atuação</i>	14
1.4	<i>Instrumentos</i>	15
1.5	<i>Atores</i>	15
SEÇÃO 2	DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E PATRIMÔNIO CULTURAL	19
2.1	<i>Panorama da diversidade linguística no Brasil</i>	19
2.2	<i>Riscos à diversidade linguística</i>	23
SEÇÃO 3	O RECONHECIMENTO DE LÍNGUAS	25
3.1	<i>Princípios</i>	25
3.2	<i>Critérios</i>	26
3.3	<i>Requisitos para a solicitação de reconhecimento</i>	26
3.4	<i>Principais etapas</i>	27
SEÇÃO 4	ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DOS INVENTÁRIOS	29
4.1	<i>Tipos de inventário</i>	30
4.2	<i>Produtos</i>	31
4.3	<i>Conceitos estruturantes</i>	33
4.3.1	<i>Língua de referência e multilinguismo</i>	34
4.3.2	<i>Comunidade</i>	36
4.3.4	<i>Território</i>	42
4.4.4	<i>Síntese e ilustrações</i>	44

SEÇÃO 5 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS PARA OS INVENTÁRIOS 49

5.1 *Delimitação territorial e demográfica da pesquisa* 49

5.2 *Equipes* 50

5.3 *Etapas* 52

5.4 *Considerações sobre os dados da pesquisa* 56

5.4.1 *Dados primários e dados secundários* 56

5.4.2 *Abrangência dos dados* 58

5.4.3 *Análise e interpretação de dados* 60

5.5 *Técnicas de pesquisa* 62

5.5.1 *Técnicas de pesquisa com indivíduos* 63

5.5.2 *Técnicas de pesquisa com a comunidade* 71

SEÇÃO 6 ACERVO DIGITAL E DOCUMENTAÇÃO LINGUÍSTICA 74

6.1 *Documentação de usos sociais da língua* 75

6.1.1 *O que documentar?* 75

6.1.2 *Como documentar?* 76

6.1.3 *Equipe de documentaristas* 77

6.1.4 *Como editar as amostras de usos sociais da língua?* 80

6.2 *Documentação de Listas de Palavras na Língua* 81

6.2.1 *Quais listas devem-se documentar?* 81

6.2.3 *Como documentar as listas de palavras?* 83

6.3 *Documentação gramatical* 83

6.4 *Armazenamento, organização e catalogação dos dados do acervo digital* 84

6.4.1 *Fluxo de catalogação e organização dos dados* 85

6.4.2 *Metadados* 88

BIBLIOGRAFIA 90

A POLÍTICA DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

O Decreto nº 7.387/2010, que instituiu o INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA, criou as condições para a elaboração de uma política específica para as línguas faladas no Brasil. Essa política tem como principal objetivo a valorização e a promoção da diversidade linguística brasileira que, além do português e de suas variedades, compreende atualmente por volta de 250 línguas, somando-se as indígenas, de imigração, crioulas, de sinais, etc.

A produção de conhecimento e a documentação das línguas são elementos fundamentais dessa política, pois parte considerável da diversidade linguística no Brasil não foi suficientemente estudada. Muitas das línguas existentes correm risco de desaparecimento, motivo pelo qual é estratégica a realização de pesquisas que permitam não só gerar acervos sobre elas, mas também produzir diagnósticos para subsidiar a implantação de ações de fortalecimento e salvaguarda dessa diversidade.

Entre as ações de valorização previstas nessa política encontra-se o reconhecimento da importância das línguas como elemento de transmissão da cultura e como referência identitária para os diversos grupos sociais que vivem no país. O papel relevante das línguas para a vida das pessoas e grupos, para a sua história e a sua memória é reconhecido por meio do título de “Referência Cultural Brasileira”, emitido para cada língua incluída no Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Ao ser incluída no INDL a língua fará “jus a ações de valorização e promoção por parte do poder público” (Decreto 7.387/2010, Art.5).

A POLÍTICA DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA procura articular diferentes dimensões do Estado e da sociedade civil para a valorização e promoção das línguas minoritárias faladas no Brasil, vindo ao encontro do movimento crescente, em nível mundial, pela garantia de **direitos linguísticos** a grupos linguísticos minoritários. Tal perspectiva parte do princípio de que as línguas integram o rol dos direitos humanos e, portanto, de que os falantes têm o direito de usar suas línguas nos ambientes públicos e privados e de transmiti-las para as futuras gerações. Isso requer que as línguas sejam tratadas no âmbito de marcos legais específicos, tornando-se objetos de políticas públicas de fomento ao plurilinguismo.

Entre exemplos de ações relacionadas aos direitos linguísticos podemos citar a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos e a Carta Europeia das Línguas Regionais e Minoritárias¹; os artigos 210 e 230 da Constituição Federal Brasileira, que garantem direito às práticas linguísticas a populações indígenas; a Lei nº 10.436, que regulamenta o uso da Libras na educação e reconhece direitos fundamentais às comunidades surdas do Brasil; e os vários processos de co-oficialização de línguas minoritárias em diferentes municípios do país.

1.1 A construção de uma política

Assinada em 1996 na cidade de Barcelona por representantes de todos os continentes, a *Declaração Universal dos Direitos Linguísticos* é considerada um marco importante para o início das discussões a respeito de políticas voltadas para os direitos linguísticos.

Em 2000, mesmo ano em que a UNESCO publicou o *Atlas das Línguas em Perigo*, instituiu-se no Brasil, por meio do Decreto nº 3.551/2000, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI. O Decreto também criou a possibilidade do reconhecimento de bens de natureza imaterial como **Patrimônio Cultural do Brasil** através do Registro. Embora não tivesse as línguas como objeto específico, essa nova política ensejou solicitações de reconhecimento também da diversidade linguística existente no país.

No ano seguinte à publicação do Decreto 3.551/2000, o IPHAN recebeu o primeiro pedido de reconhecimento de uma língua como patrimônio imaterial brasileiro. Como o tema das línguas era muito diverso das categorias de bens culturais previstas no Decreto, o pedido de reconhecimento não pôde ser atendido naquele momento. Isso não significou, no entanto, que a questão estivesse encerrada. O assunto continuou em debate nos anos seguintes, impulsionado por forte mobilização da sociedade civil.

Em 2006, foi realizado o “Seminário sobre a Criação do Livro de Registro das Línguas”, por meio de parceria entre o IPHAN, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados (CEC) e o Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL). Contando com a participação de especialistas em diferentes línguas e em políticas linguísticas, representantes de instituições governamentais e falantes de línguas minoritárias, o Seminário teve como objetivo debater e propor estratégias para a preservação da diversidade linguística por meio da implantação de políticas públicas.

Ao final do Seminário foi criado o Grupo de Trabalho para a Diversidade Linguística (GTDL) – Portaria IPHAN nº 586, de 11 de dezembro de 2006² –, com a missão

1. Juntas, elas reafirmam as relações entre língua, território, direitos coletivos e o papel do Estado no fortalecimento do multilinguismo.

2. Atualizada por meio da Portaria IPHAN nº 274, de 03 de setembro de 2007.

de “analisar a situação linguística do Brasil, estudar o quadro legal dentro do qual a questão se insere e propor estratégias para a criação de uma política patrimonial compatível com a diversidade linguística no Brasil”, conforme consta no Relatório de Atividades GTDL 2006-2007.

O GTDL, formado por representantes do Estado e da sociedade civil, esteve em atividade ao longo de quatro anos. Na medida em que os debates avançavam, tornou-se claro que as línguas necessitavam de um instrumento específico para o seu reconhecimento e valorização, diferente daquele utilizado para outros bens culturais.

Considerando a situação de risco de desaparecimento da maior parte delas e, ainda, a pouca informação existente, entendeu-se que deveria ser dada prioridade à identificação e documentação dessas línguas. Ou seja, tornou-se evidente a necessidade de conhecer essa diversidade linguística para poder salvaguardá-la. Isso permitiria também colocar no mapa as diferentes línguas existentes, contribuindo para a mudança da percepção dominante de que o Brasil é um país é monolíngue. Nesse sentido, o inventário se apresentou como o instrumento mais apropriado para o conhecimento, reconhecimento e valorização das línguas faladas em território brasileiro.

Partindo dessa perspectiva, o GTDL propôs orientações metodológicas para a realização de inventários, que foram testadas entre os anos de 2008 e 2010 por meio da realização de oito projetos-piloto, contemplando cinco categorias de línguas. Também fez parte do escopo do grupo de trabalho a inclusão, no Censo IBGE 2010, do quesito “língua falada” para populações indígenas e a elaboração da proposta do marco legal para a Política, que redundou na publicação do Decreto 7.387/2010.

Tendo em vista a natureza articuladora de diferentes dimensões da cultura e da vida social que as línguas possuem, entendeu-se que uma política pública para a preservação da diversidade linguística teria que envolver diferentes áreas e instituições do poder público. Dessa forma, a criação do INDL permitiu a constituição de uma política específica para a diversidade linguística, cuja responsabilidade é compartilhada por cinco ministérios³ e necessita, para sua realização, da participação ativa dos diferentes níveis de governo, assim como das instituições da sociedade civil.

Para outras informações sobre a criação do INDL e sobre a diversidade linguística como tema de políticas públicas indicamos as leituras abaixo:

- Decreto Presidencial nº 7387, de dezembro de 2010.
- Relatório de Atividades do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística do Brasil (GTDL 2007).
- Dossiê Línguas do Brasil, conjunto de artigos publicados em Patrimônio: Revista Eletrônica do IPHAN, nº 6, janeiro 2007. <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=214>

3. Conforme o decreto 7.387/2010 os ministérios responsáveis pelo INDL são: Ministério da Cultura (MINC), Ministério da Educação (MEC), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPGOG), Ministério da Justiça (MJ) e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

- **Línguas como patrimônio imaterial:** etnografia de um debate (CARDOSO, 2010). Dissertação de Mestrado de Fabiola Cardoso, analisando o processo político de inclusão das línguas no campo do patrimônio cultural.
- **Línguas como patrimônio: relato de um processo de busca por reconhecimento** (GARCIA, 2006). Artigo que analisa o pedido de inclusão da língua Talian e o Seminário sobre a criação do livro de registro das línguas realizado pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.
- **Línguas em Perigo e Línguas como Patrimônio Imaterial: duas ideias em discussão** (FRANCHETTO, 2005). Artigo publicado por Bruna Franchetto na Revista do Patrimônio nº 32 de 2005, que traz importante reflexão sobre o reconhecimento da diversidade linguística no Brasil.
- **Uma política pública e participativa para as línguas brasileiras: sobre a regulamentação e a implementação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística – INDL** (MORELLO, 2012). Artigo de Rosângela Morello, publicado na revista *Gragoatá*, nº 32 de 2012, em que a autora faz um histórico de desenvolvimento do INDL e salienta a importância das comunidades linguísticas para o futuro da política.

1.2 Categorias de línguas

Tendo em vista a amplitude da diversidade linguística existente no país, foram propostas cinco categorias de línguas no âmbito dessa política:

LÍNGUAS DE IMIGRAÇÃO: línguas alóctones trazidas ao Brasil por grupos de fala advindos principalmente da Europa, Oriente Médio e Ásia e que, inseridas em dinâmicas e experiências específicas dos grupos em território brasileiro, tornaram-se referência de identidade e memória. Exemplos: Talian, Pomerano, Hunsrückisch, etc.

LÍNGUAS INDÍGENAS: línguas autóctones, originárias do continente sul-americano – da porção que hoje corresponde ao território brasileiro – e faladas por populações indígenas. Exemplos: Guaraní, Kaingáng, Baniwa, Tukáno, Ninam, Maxakalí, Marubo, etc.

LÍNGUAS AFRO-BRASILEIRAS: línguas de origem africana faladas no Brasil. Essas línguas apresentam notáveis diferenças linguísticas em vários aspectos de sua estrutura gramatical, produzidas por mudanças históricas desencadeadas pelo contato com o português, podendo ter ocorrido transferências gramaticais desde esse substrato africano (LUCCHESI ET. AL, 2009). Exemplos: Gíria de Tabatinga, Língua do Cafundó e variedades Afro-brasileiras do Português Rural.

LÍNGUAS DE SINAIS: línguas faladas por comunidades surdas, incluindo pessoas surdas e ouvintes, que se utilizam da modalidade visuo-espacial com sinais manuais e não-manuais, tais como expressões faciais e corporais. Exemplos: Libras, Língua de Sinais Urubu-Ka’apor, Língua de Sinais do município de Jaicós do Piauí, etc.

LÍNGUAS CRIOULAS: línguas surgidas a partir da aquisição como língua materna por parte de um grupo social de uma língua pidgin. Pidgins são línguas formadas em situações de contato entre duas ou mais línguas, em que uma língua dominante é profundamente reformulada em seu léxico, gramática e fonologia devido a um processo de aquisição parcial e pela influência da(s) língua(s) faladas pelo grupo social que veio a adotar esse pidgin como língua materna. Ao se tornar uma língua materna, a língua crioula também adquire características novas, tornando-se funcionalmente equivalente a qualquer outra língua materna. Exemplos no Brasil: os Galibi-Marwórnó, os Karipuna e os Palikur, que vivem no estado do Amapá e falam uma língua crioula formada a partir do francês, como língua dominante, e diferentes línguas africanas e indígenas da Guiana-Francesa e Suriname.

Embora o português seja a língua oficial e majoritária do país, existe a possibilidade de realização de ações específicas para promoção e valorização de suas variedades internas, que caracterizam identidades de grupos e processos históricos específicos de interesse para a política patrimonial.

VARIEDADES DO PORTUGUÊS: variedades internas ao português do Brasil, surgidas por influência de fatores socioculturais e históricos específicos, em determinado espaço geográfico e social, às quais se associam elementos linguísticos que marcam a identidade de falares regionais (variedades diatópicas) e de grupos sociais específicos (variedades diastráticas).

1.3 Linhas de atuação

A Política da Diversidade Linguística é estruturada a partir de duas linhas de atuação, denominadas **Reconhecimento e Apoio e Fomento**.

A primeira acolhe todas as ações destinadas à *inclusão de uma língua* no Inventário Nacional de Diversidade Linguística – INDL, em atendimento ao Decreto nº 7.387/2010. A segunda acolhe ações que podem contribuir para o fortalecimento e promoção das línguas e da diversidade linguística para além do Reconhecimento como Referência Cultural do Brasil.

As ações de Reconhecimento podem ser solicitadas a qualquer momento e devem atender aos requisitos necessários para a inclusão de línguas no INDL. As ações de Apoio e Fomento podem ser implantadas com diferentes finalidades:

- apoio à produção de conhecimento e documentação sobre diversidade linguística;
- fomento à preservação e disponibilização de acervos documentais e bibliográficos de interesse para a salvaguarda da diversidade linguística;
- execução das ações de valorização e promoção das línguas reconhecidas;
- atender a necessidades de fortalecimento da língua apontadas no Dossiê de Inclusão no INDL;
- atender demandas específicas, não contempladas pelo INDL;
- desenvolvimento de ações amplas de promoção da diversidade linguística.

1.4 Instrumentos

A Política da Diversidade Linguística atua através de dois instrumentos específicos: o Inventário Nacional da Diversidade Linguística – INDL e o Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL.

O **INVENTÁRIO NACIONAL DA DIVERSIDADE LINGUÍSTICA** é o instrumento oficial de reconhecimento de línguas como referência cultural brasileira. Conforme previsto no Decreto nº 7.387/2010, tem como objetivo a “*identificação, documentação, reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira*” (ART. 10).

Por ser um instrumento com a dupla finalidade de pesquisar as línguas e reconhecê-las como patrimônio cultural, o INDL deve permitir o mapeamento, a caracterização e o diagnóstico das diferentes situações relacionadas à pluralidade linguística brasileira (ART. 40). Ou seja, para que uma língua seja incluída no Inventário, é necessário, antes de tudo, produzir conhecimento sobre ela, documentar seus usos e realizar um diagnóstico sobre as suas condições de vitalidade.

Nesse sentido, foi criado o **Guia de Pesquisa e Documentação para o INDL**, com o objetivo de orientar a produção de conhecimento e documentação sobre línguas, visando a sua inclusão no INDL. Ele propõe um escopo de informações a serem produzidas sobre a língua, um conjunto de orientações teórico-metodológicas e um formulário para a sistematização dos resultados da pesquisa.

O Guia pode ser utilizado tanto para a produção de conhecimentos novos – em situações de identificação de línguas ainda não estudadas – como para a sistematização de conhecimentos já existentes, produzidos em outros contextos. Embora estruturado para servir ao INDL, ele também pode ser utilizado em ações de Apoio e Fomento, em situações de complementação e/ou aprofundamento dos conhecimentos já produzidos.

1.5 Atores

A execução da Política da Diversidade Linguística envolve muitos atores. O mais importante deles são as *comunidades linguísticas*, ou seja, os grupos de pessoas que falam determinadas línguas e que as reconhecem como parte integrante da sua identidade, do seu modo de viver e de estar no mundo. Para ter acesso às ações de preservação da diversidade linguística as comunidades precisam atender a um requisito fundamental: estarem interessadas na preservação da sua língua. São elas que irão participar da produção e validação dos conhecimentos sobre a língua; que irão solicitar à Comissão Técnica do INDL a inclusão da língua no Inventário; e que irão mobilizar os demais poderes públicos para a implantação de ações e políticas locais voltadas para o fortalecimento da língua, assim como participar da execução dessas ações.

Outro grupo de atores importante são os *poderes públicos* aos quais se refere o Decreto nº 7.387/2010. Eles devem participar não só do reconhecimento da língua como referência cultural brasileira, mas também das ações de promoção e valorização previstas. Entende-se por poderes públicos tanto o governo federal, nas suas diversas instâncias e órgãos, quanto os estados e municípios. O impacto e o alcance das ações de preservação da diversidade linguística dependem muito da articulação de todos esses atores, mas, em particular, dos poderes públicos locais e regionais, que são responsáveis diretos pelas áreas de educação, saúde e cultura, setores estratégicos para a garantia de direitos linguísticos.

Em nível federal, Ministérios da Cultura – MinC, de Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; da Educação – MEC; Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e da Justiça – MJ, e suas respectivas instituições vinculadas, são os principais atores responsáveis pelas ações de valorização e reconhecimento da diversidade linguística (ART. 7º, DECRETO Nº 7.387/2010).

Outros atores importantes são as instituições da sociedade civil que trabalham com o tema da diversidade linguística e dos direitos linguísticos, e ainda, instituições de pesquisa que realizam produção de conhecimento e documentação de línguas. Atuando junto com as comunidades e com o poder público, elas são elementos fundamentais para a execução da política, gerando subsídio para o desenvolvimento de outras ações de fortalecimento da diversidade linguística e contribuindo para constituição e gestão de acervos sobre as línguas.

DIVERSIDADE LINGUÍSTICA E PATRIMÔNIO CULTURAL

A perspectiva antropológica de cultura e o conceito de diversidade cultural são elementos fundadores do campo do patrimônio imaterial (cf. UNESCO 2003a; GTPI 2012). A constituição da língua como objeto do campo patrimonial, portanto, parte da compreensão da diversidade linguística como elemento fundamental para a diversidade cultural (UNESCO 2005); e da relação indissociável entre língua e cultura. Nesse contexto, cada língua é entendida como um fenômeno cultural singular e referencial para os grupos sociais.

Das três perspectivas de conceituação da diversidade linguística que tomam como critério para a sua definição o número de línguas, o número de famílias linguísticas (diversidade filogenética) e as diferenças tipológico-estruturais entre as línguas (cf. NETTLE, 1998), duas são consideradas especialmente estratégicas do ponto de vista de uma política da diversidade linguística.

A primeira, ao tratar cada língua de maneira individual e, conseqüentemente, entender que a diversidade se dá pelo conjunto dessas línguas, permite que as ações de reconhecimento de línguas como patrimônio tenham como critério a autoidentificação das comunidades. Ou seja, se reconhece determinada língua que é indicada por um grupo social como aquela que o representa, que se refere à sua história, ao seu modo de ser e estar no mundo. Essa dimensão identitária da língua é fundamental para o campo do patrimônio imaterial e remete à própria definição do conceito constante da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, promulgada pela UNESCO em 2003.

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que **as comunidades, os grupos** e, em alguns casos, os indivíduos **reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural**. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, **gerando um sentimento de identidade e continuidade** e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

A definição apresentada pela Convenção aponta para os elementos estruturantes do campo do patrimônio imaterial, no qual também se inclui a diversidade linguística. A língua, entretanto, difere dos demais bens culturais por sua natureza transversal, por seu papel de articulação e transmissão da cultura. Nenhuma prática, nenhuma representação, nem conhecimentos ou técnicas são passíveis de serem transmitidos entre as diferentes gerações senão através da mediação exercida pela língua.

Nesse sentido, não é possível falar que uma língua é melhor que outra: a possibilidade de serem incluídas no INDL existe para todas elas. E na perspectiva patrimonial, da mesma forma como não se pode pensar a diversidade linguística sem se pensar em diversidade cultural, também não é possível dissociar a língua da comunidade de falantes para a qual ela possui um valor referencial.

O título de **Referência Cultural Brasileira** que uma língua recebe ao ser incluída no INDL explicita justamente esse sentido. Referência Cultural é o conceito articulador do patrimônio imaterial. Falar em referência cultural implica reconhecer que certos bens e práticas culturais são portadores de sentidos e valores singulares no que se refere ao modo de ser, de viver e de se estar no mundo dos grupos sociais. Pensar uma língua como uma referência cultural significa entendê-la, portanto, como signo de identidade, de pertencimento.

Considerar as línguas como referências culturais implica também reconhecer o ponto de vista dos falantes sobre a própria língua, considerar a sua participação ativa na produção de conhecimento sobre ela e na definição de ações que a tenham como objeto. Mais do que informantes ou recenseadores de campo no processo da pesquisa, os falantes e os membros de comunidades são *intérpretes* da sua língua enquanto bem cultural e são também os seus gestores, seja participando da execução de ações previstas em planos de gestão ou regulamentadas por mecanismos legais, seja participando das instâncias decisórias nos processos de inventário.

Para entender a língua como objeto do campo do patrimônio cultural, portanto, é preciso compreender as relações existentes entre língua, cultura e sociedade. É por meio dos usos que uma língua se mantém viva, que atua como meio de comunicação, como expressão e transmissão de conhecimentos, ideias e valores de uma geração para outra. E também é pelo estudo dos seus usos que se compreende, de forma mais significativa, a dimensão identitária das práticas linguísticas.

Embora a ênfase para a inclusão no INDL seja dada na caracterização da especificidade de cada língua, a compreensão filogenética da diversidade linguística também é importante. Ela nos permite construir uma grade de leitura diferente daquela que nos é dada pelo critério da autoidentificação, atuando como diretriz para estruturar as ações no âmbito da gestão da política pública. Portanto, a metodologia proposta neste Guia inclui no seu escopo temático informações sobre essas duas possibilidades de compreensão da diversidade linguística.

A relação entre língua e variedade de língua é um exemplo concreto de como essas duas perspectivas dialogam nessa proposta de inventário. O que uma clas-

sificação filogenética apontaria como variedades de uma única língua, a partir de critérios específicos, entre os quais o grau de inteligibilidade entre elas, pode ser incluído no INDL como *línguas*, levando-se em consideração a autoidentificação das comunidades e a relação daquela prática linguística com os processos de afirmação da sua identidade coletiva.

Nesse sentido, é muito importante que a produção de conhecimento e a documentação sobre a língua explicitem e problematizem essa questão, apresentando tanto o olhar da classificação filogenética quanto os processos pelos quais aquela língua se constituiu ao longo da pesquisa e da mobilização da comunidade linguística como representativa da sua cultura.

Além da reflexão sobre a língua como objeto do campo do patrimônio cultural, o INDL requer também que se considerem os desafios da produção de conhecimento no âmbito de uma política pública. O primeiro deles é compreender que os processos de identificação e documentação das línguas possui uma finalidade prévia, que é gerar subsídios para o desenvolvimento de outras ações. No caso desse inventário, além da caracterização da língua como referência cultural, existe a necessidade de se realizar diagnósticos da situação em que ela se encontra, da sua vitalidade, assim como de discutir com as comunidades o que é necessário para a sua sustentabilidade.

Tão importante quanto demonstrar como uma determinada língua articula sentidos de pertencimento, como ela é representada e significada pelos seus falantes tendo em vista o contexto mais amplo da sua cultura, é diagnosticar os silêncios, os vazios, os fatores que podem comprometer a sua existência, principalmente diante de situações de ameaça às dinâmicas econômicas e socioculturais nas quais as comunidades se encontram inseridas.

Outra dimensão da natureza de política pública desse conhecimento é a necessidade de comparabilidade dos dados produzidos sobre as diferentes línguas. Nesse sentido, as pesquisas para o INDL sempre terão um escopo a ser atendido através da produção de conhecimento e da documentação audiovisual. Isso não exclui, de modo algum, a possibilidade de utilização de outras formas de produção de conhecimento e da abordagem de temas para além daqueles exigidos pelo processo de inclusão da língua no INDL.

A experiência desenvolvida no campo do patrimônio imaterial nos fornece inúmeros exemplos do potencial que instrumentos de pesquisa participativos possuem de fomentar o debate sobre cultura, sobre patrimônio, sobre as questões que permeiam a vida nas comunidades. Muitos desses processos geram resultados e desdobramentos que vão além do que é requerido no âmbito das ações de reconhecimento como patrimônio cultural.

2.1 Panorama da diversidade linguística no Brasil

No Brasil, o censo do IBGE 2010 aponta para 274 línguas faladas por indígenas de 305 etnias diferentes. As línguas indígenas estão distribuídas em dois grandes troncos: Tupi e Macro-Jê e em quarenta famílias, além de treze ou mais línguas isoladas (sem parentesco genético com outras línguas). Elas estão dispersas em boa parte do território nacional, mas especialmente na Amazônia, que concentra a maior diversidade linguística do país e a segunda do mundo, atrás apenas da Nova Guiné.

A definição do número de línguas indígenas no Brasil depende do conceito de língua que se utiliza. Um ponto de confusão frequente é a distinção entre etnias e línguas, uma vez que grupos indígenas geralmente não têm nomes específicos para sua língua. Para preparar o censo nacional de 2010, o IBGE solicitou ao GTDL uma lista de línguas indígenas. A lista foi preparada tendo como base quatro níveis de classificação das línguas: tronco linguístico, família linguística, “língua de classificação” (definida seguindo a prática de muitos linguistas como uma ou mais variedades linguísticas que são mutuamente inteligíveis) e “língua de identificação” (com nomes de etnias que falam variedades da “língua de classificação”)⁴.

O número de 274 línguas indígenas no país levantado pelo IBGE teve como base a autodeclaração de indígenas, quando perguntados sobre “qual a língua falada em casa?”. Esse número, portanto, corresponde ao total de “línguas de identificação”, incluindo, inclusive, nomes de línguas consideradas extintas por muitos linguistas. Por isso o número total é muito maior que o número de línguas indígenas para as quais há evidência de falantes. Considerando que é difícil ter certeza absoluta da extinção de uma língua e que a metodologia de autodeclaração do Censo não podia medir o conhecimento do recenseado, já se previa que várias pessoas se declarassem como falantes de línguas consideradas extintas.⁵

Embora não contabilizadas pelo Censo, há outras línguas historicamente situadas e faladas no Brasil além das indígenas: línguas de imigração, de sinais, de comunidades afro-brasileiras e línguas crioulas.

Atualmente, conhecemos três grupos indígenas falantes de uma língua crioula de base francesa no Brasil, no norte do Amapá: Galibi-Marwóro, Karipúna do Norte e Palikur (MOORE 2001, p. 228). Essa língua se desenvolveu inicialmente fora do território nacional, mas hoje é falada por cerca de sete mil pessoas. Esses povos falam também duas línguas indígenas, o Palikur e o Galibi, além do português e do francês, numa situação de intenso contato entre as línguas e de plurilinguismo, como é característico de zonas fronteiriças.

4. Por exemplo, a língua de classificação Tenetehara é falada por dois grupos, Guajajara (Maranhão) e Tembé (Pará), com algumas diferenças de dialeto.

5. Por esse motivo, setenta e cinco nomes de línguas foram incluídos no censo, como “línguas sem classificação atual” para deixar claro que há uma discrepância entre as declarações dos indivíduos e o conhecimento atual dos linguistas.

Os falares afro-brasileiros remontam à experiência histórica do tráfico de africanos escravizados, estendendo-se por mais de três séculos, a partir de 1538, quando mais de quatro milhões de indivíduos, falantes de cerca de 200 línguas, passaram a ser trazidos à força para o Brasil (cf. LUCHESI et. al, 2009). As línguas faladas por essas populações pertenciam a dois troncos linguísticos principais: Afro-Asiático e Níger-Congo. O segundo teve maior importância, sobretudo pela grande quantidade de falantes de línguas da sub-família Banto (como o Quimbundo, o Quicongo e o Umbundo), mas também línguas do sub-grupo linguístico Kwa, representado pelas línguas Ewe, Fon, Mahi, Jeje, Mina, Iló e Iorubá [Nagô]) (cf. CASTRO 1990, 2001; LUCHESI et al. 2009; RASO et. al. 2011).

Estudos sobre a presença de línguas africanas no Brasil indicam que apesar de o contato entre o Português e essas línguas não terem ensejado o surgimento de línguas crioulas, elas foram fundamentais para a constituição do português falado no Brasil. Em comunidades mais isoladas, remanescentes de quilombos, e em grupos religiosos de matrizes africanas, encontram-se práticas linguísticas cujos conteúdos tem forte influência de línguas africanas. (CASTRO 2005, LUCHESI et. al. 2009).

É possível propor uma subdivisão dessas práticas linguísticas em três categorias: (1) aquelas com forte presença de léxico de origem africana como forma de secretismo e resistência histórica, mas também exercendo importantes funções nas relações sociais cotidianas e na transmissão cultural no interior de comunidades afrodescendentes (por exemplo, a gira de Tabatinga, a “língua do Cafundó”, as variedades faladas nos municípios de Patrocínio, Uberaba, etc.); (2) variedades Afro-brasileiras do Português Rural, em que se apresentam notáveis diferenças linguísticas, sobretudo no sistema de concordância verbal e nominal (LUCHESI et. al. 2009), além de importante presença de léxico de origem africana, mas notavelmente diferentes das línguas da primeira categoria; e (3) línguas de rituais - também conhecidas como línguas de santo ou de terreiro -, usadas pelos praticantes de religiões de matrizes africanas especialmente durante celebrações religiosas.

As chamadas **LÍNGUAS DE IMIGRAÇÃO**, cerca de cinquenta e seis línguas alóctones trazidas durante processos de imigração ao Brasil (ALTENHOFEN, 2013), resistiram à forte repressão linguística⁶ e resistem a processos de deslocamento linguístico, ainda hoje. Passaram a fazer parte do cenário sociolinguístico do país a partir do final do século XIX com a vinda de imigrantes europeus e asiáticos para ocupar terras ditas devolutas, oferecidas pelo Estado brasileiro. Com o passar das gerações, adquiriram uma configuração própria que reflete a história da formação da sociedade brasileira. Muitas vezes tratadas como exóticas ou estrangeiras, essas línguas são, na verdade, língua materna de milhões de brasileiros e a sua representatividade histórica, demográfica, sociocultural e geográfica é atestada em diversos levantamentos e estudos (RASO. et al. 2011, p. 37).

6. Sobretudo durante o regime do Estado Novo, com a Campanha da Nacionalização do Ensino. A respeito do tema: OLIVEIRA, G. M. Brasileiro fala português: Monolinguismo e Preconceito Linguístico. Disponível em: <http://www.ipol.org.br/ler.php?cod=92>

Essas línguas estão presentes, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, embora pesquisas recentes indiquem a presença de comunidades falantes de idiomas de imigração em todo o território brasileiro (OLIVEIRA e ALTENHOFEN 2013). Destacam-se como línguas de imigração com características geodemográficas amplas no Brasil hoje: Talian, Pomerano, Hunsrückisch, Platt, Hochdeutsch, Coreano e Japonês.

As **LÍNGUAS DE SINAIS** diferenciam-se das demais categorias de línguas aqui relacionadas por sua modalidade, ou seja, é uma língua visuo-espacial. Dentre as línguas de sinais existentes no Brasil, a mais difundida é a Libras, sobretudo pelo fato de ser reconhecida legalmente por meio da Lei nº 10.436/2002⁷ e regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005. A Libras é usada em várias cidades de todas as regiões do país. É uma língua difundida a partir das redes sociais estabelecidas especialmente pelos surdos brasileiros por meio das associações de surdos, mesmo antes da era da Internet.

O estudo científico da Libras é também bastante recente, assim como da língua de sinais Ka'apor, falada por indivíduos de etnia homônima no Maranhão. Estudos recentes apontam para a existência de outras línguas de sinais nativas no país, como é o caso da língua de sinais falada na cidade de Jaicós⁸, no povoado de Várzea Queimada, Piauí. Embora haja indícios documentais da existência dessas línguas, ainda é necessária a realização de pesquisas para sua identificação e documentação.

A **LÍNGUA PORTUGUESA** teve um processo de formação em que as línguas africanas e indígenas (sobretudo a partir das línguas gerais paulista e amazônica) tiveram um importante papel na constituição do idioma nacional, tanto para a norma culta, quanto para a norma popular, especialmente em sua variedade rural. A essas influências se somam as contribuições dos imigrantes e dos processos migratórios pelos quais se ocupou a grande extensão do território brasileiro. Há uma ampla riqueza de usos, práticas e variedades no âmbito da própria língua portuguesa falada no Brasil, diferenças estas de caráter regional (variações dia-tópicas) e social (variações diastráticas). Desse modo podemos também falar em uma grande variedade interna do Português do Brasil.

Somos, portanto, um país de muitas línguas, como muitos outros países do mundo – mais de uma língua é falada em 94% dos países. Algumas estimativas colocam o Brasil entre os oito países mais multilíngues do mundo com base no número de línguas faladas em território nacional⁹. No entanto, apesar da existência de

7. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/10436.htm

8. Notícia sobre estudo recentemente realizado dessa língua de sinais: <http://noticias.ufsc.br/2013/07/tese-da-antropologia-da-ufsc-enfoca-linguagem-criada-por-surdos-no-interior-do-piaui/>

9. MORELLO, Rosângela. *A Carta de Maputo e as Políticas Linguísticas no Brasil*. Disponível em: <http://e-ipol.org/educacao-linguistica/politicas-linguisticas-no-brasil-o-reconhecimento-das-linguas-brasileiras-e-as-demandas-por-aco-es-articuladas-e-inovadoras/>. Acesso em 29 de julho de 2013. Outro ranking apresenta o Brasil em 11º país em número de línguas: Top 20 Languages by Number of Languages Spoken Data source. Ethnologue: Languages of the World, 15th ed. (2005) & CIA World Fact Book. Disponível em: http://www.vistawide.com/languages/20_countries_most_languages.htm Acesso em: 29 de julho de 2013.

várias línguas em território nacional, apresentamos déficits de plurilinguismo, uma vez que a grande maioria dos brasileiros é monolíngue e ainda pensa que o Brasil é um país de uma única língua.

2.2 Riscos à diversidade linguística

A diversidade linguística encontra-se sob ameaça. Das cerca de 6.700 línguas faladas no mundo, 90% são faladas por apenas 4% da população mundial e 50% das línguas estão ameaçadas de desaparecerem até o final deste século (UNESCO, 2006). No Brasil, o declínio dessa diversidade é notório se considerarmos a perspectiva histórica. Segundo Rodrigues (1993), 1.078 línguas indígenas eram faladas em território brasileiro no tempo da chegada dos portugueses, das quais hoje sobrevivem menos de 30%.

Para as línguas indígenas observamos um quadro alarmante sobre o número de falantes para cada língua¹⁰. Cerca de metade das línguas possuem menos de cem falantes. Línguas com até quinhentos falantes somam pouco mais de um terço de todas as línguas indígenas. Menos de dez por cento dessas línguas possuem mais de dois mil falantes. As línguas com maior número de falantes são: Guaraní Kaiowa (26.528 falantes), Tikuna (34.069 falantes), Kaingang (22.027) e Xavante (13.290).

As consequências da extinção das línguas são diversas e irreparáveis, tanto para as comunidades locais de falantes quanto para a humanidade como um todo. Ela tem impacto imediato na perda de diversidade cultural, uma vez que cada língua possui os meios específicos, historicamente construídos de se conceber, conhecer e agir sobre o mundo, incluindo conhecimentos altamente técnicos¹¹. Ao mesmo tempo, as consequências da repressão linguística e da imposição de uma língua dominante na educação e em outros espaços públicos têm efeitos psicológicos e sociais danosos para o desenvolvimento individual e para a cidadania de coletividades falantes de línguas indígenas e minoritárias.

De modo geral, a crise da diversidade linguística tem suas causas na expansão do padrão corrente de economia-política, intimamente relacionada com as mesmas condições históricas relativas à crise da diversidade cultural e da biodiversidade do planeta, dramaticamente acentuadas no século XX¹².

10. O censo do IBGE revelou dados ainda mais alarmantes do que estimativas anteriores, como aquelas apresentadas por Moore e Gabas (2006), que afirmavam que somente 15% dos grupos indígenas têm mais de 1000 falantes, 10% têm entre 501 e 1000 falantes, 18% têm entre 251 e 500 falantes, 25% têm entre 101 e 250 falantes, 8% têm entre 51 e 100, e 24% têm menos de 50 falantes.

11. Cf. FRANCHETTO, 2005; MOORE e GABAS, 2006; HARRISON 2007

12. Cf. HALE, 1992; NETTLE e ROMAINE, 2000; HINTON, 2001; MAFFI 2005; ASH *et. al* 2001.

No Brasil, a partir de análise dos dados do censo de 2010, percebemos que há proporcionalmente mais pessoas que disseram falar línguas indígenas nas gerações acima de 65 anos e abaixo de 40 anos, seja para populações em terras indígenas, em áreas rurais ou em áreas urbanas. A proporção menor de falantes entre 40 e 65 anos mostra como macropolíticas do Estado, sobretudo as políticas educacionais e desenvolvimentistas instauradas pelo Estado-Novo, acentuadas na década de 1950 e no período após ditadura militar: (entre 1964 e 1985), foram extremamente danosas para a vitalidade das línguas indígenas.

Isso está ligado também ao desconhecimento da diversidade linguística por grande parte da população brasileira. Esse desconhecimento é sustentado pela representação de uma suposta unidade da língua portuguesa como única língua falada no país. A falta de conhecimento e de valorização leva à marginalização e ao preconceito com grupos falantes de línguas minoritárias.

Por parte do Estado, é muito recente a compreensão da diversidade linguística nacional como um valor. Mais do que isso, há um histórico de omissão, desrespeito e mesmo repressão aos falantes de outras línguas, sobretudo daquelas indígenas e de imigração. A construção de uma política específica para a diversidade linguística, assim como o censo do IBGE 2010, são iniciativas que procuram justamente modificar essa atuação histórica do Estado, de modo que se busque a valorização do multilinguismo no país¹³. Atuar para a sustentabilidade da diversidade linguística, entretanto, exige articulação de produção de conhecimento, valorização e promoção das línguas tanto na dimensão local – nos contextos sociais onde as línguas são faladas – e como na dimensão mais ampla, em nível nacional.

As línguas que são faladas por grupos sociais minoritários requerem atenção especial de uma política de salvaguarda da diversidade linguística, pois elas se encontram em posição de maior vulnerabilidade sociolinguística. Tal situação decorre não só do fato dessas línguas serem faladas por grupos sociais pouco numerosos no contexto populacional do país, mas também pela falta de conhecimento e valorização. Colocar no mapa as centenas de línguas ainda ocultadas pela representação majoritária de um país monolíngue – ou seja, pela ideia de que só falamos o português – talvez seja a possibilidade mais significativa, em médio prazo, do alcance do reconhecimento das línguas como patrimônio cultural.

13. As únicas outras vezes que o IBGE havia questionado a população a respeito das línguas faladas nos lares foram nos Censos de 1940 e 1950. No entanto, naquele período, o objetivo do levantamento, embora não estivesse explícito, acabou por subsidiar a campanha de nacionalização do ensino e a forte repressão linguística, sobretudo quanto às línguas de imigração. Segundo os dados publicados em relatórios, no Censo de 1940, 1.624.689 pessoas, de um universo de 41.236.315, informaram não falar a língua portuguesa correntemente no lar. Em 1950, de 51.944.397 pessoas, 1.305.720 declarou não utilizar a língua portuguesa habitualmente no lar.

A INCLUSÃO DE LÍNGUAS NO INDL

O reconhecimento das línguas como parte constituinte do patrimônio cultural brasileiro é uma dimensão fundamental da Política da Diversidade Linguística. O Inventário Nacional da Diversidade Linguística é o instrumento que permite esse reconhecimento, fazendo com que a língua, ao ser nele inserida, faça jus ao título de Referência Cultural Brasileira e a ações de promoção e valorização.

O INDL é um instrumento pensado para identificar, comparar e reconhecer línguas distintas, pois seu foco está na diversidade das diferentes línguas que são faladas no Brasil. Os processos de reconhecimento apresentam uma série de etapas, que envolvem desde a produção de conhecimento até a análise e deliberação dos pedidos pela Comissão Técnica do INDL. Neste Guia apresentaremos apenas os aspectos gerais desse processo, pois as orientações específicas são normatizadas pelo Ministério da Cultura em documento próprio.

O reconhecimento de uma língua como patrimônio cultural é instrumento poderoso de salvaguarda da diversidade linguística representando um marco para a valorização do plurilinguismo no Estado e na sociedade brasileira. Espera-se que ele estimule atitudes positivas para com as línguas minoritárias nos contextos sociais onde vivem seus falantes, servindo como elemento estratégico para grupos sociais falantes de línguas minoritárias no que se refere ao avanço na melhoria dos serviços públicos, na garantia de direitos linguísticos e na ampliação do seu espaço de atuação social e política.

3.1 Princípios

A inclusão de línguas no INDL considera três princípios fundamentais. A *autodeclaração*, ou seja, a possibilidade de uma comunidade se reconhecer como falante de uma determinada língua e indicar essa língua para a inclusão no INDL, como elemento articulador da sua cultura e identidade é o primeiro deles. Como consequência direta deste primeiro princípio, é necessário considerar sempre a *associação*

ção entre língua, grupo social e cultura. Não se pode entender uma língua senão na sua relação com uma determinada comunidade linguística, pois sempre que uma prática social é considerada *referência cultural*, ela o é para alguma coletividade.

Outro princípio é a possibilidade de contínua anexação de informações sobre uma mesma língua, que, além de facilitar a atualização e complementação dos conhecimentos já existentes, permite que novas comunidades possam ser incluídas como falantes de uma língua já reconhecida, mediante a realização de pesquisas complementares e apresentação de anuência desses novos grupos. Isso torna os processos de reconhecimento mais flexíveis e ampliam o alcance da política, além de permitir acolher as dinâmicas de mudança e ressignificação que são características em processos dessa natureza.

3.2 Critérios

No processo de inclusão de uma língua no INDL, a documentação apresentada precisa demonstrar:

- que a **língua é referência para a memória, a história e a identidade** dos diferentes grupos sociais que vivem no Brasil, como explicita o artigo 2º do Decreto 7.387/2010.
- que a **língua existe como parte da vida social de uma comunidade**, seja através de usos cotidianos da língua ou em situações culturais especiais, ou mesmo preservada pelo conhecimento de seus últimos falantes fluentes.
- que a comunidade para a qual a língua é referência **está em território brasileiro há pelo menos três gerações**. Isso, além de permitir identificar os processos de transmissão e a continuidade histórica da língua, possibilita a compreensão das mudanças e transformações ocorridas, inclusive em relação aos sentidos dados pelas próprias comunidades à língua e o modo como esta é representada nos diferentes contextos de uso.

Na análise e deliberação sobre a inclusão de línguas no INDL esses três elementos são considerados, levando-se em conta as demais informações fornecidas pela pesquisa e pela documentação audiovisual.

3.3 Requisitos básicos para a solicitação de reconhecimento

Diferentemente de outros processos de reconhecimento de bens culturais como patrimônio, no INDL a pesquisa e documentação sobre a língua são realizadas antes da formalização do pedido de inclusão no Inventário.

Essa produção de conhecimento deve abranger o escopo mínimo previsto no Guia, contemplando não só a caracterização da língua e da comunidade de falantes, como o diagnóstico das condições em que a língua se encontra, incluindo ainda documentação audiovisual representativa da diversidade dos seus usos.

Considerando o exposto, a solicitação de inclusão de línguas no INDL deve vir obrigatoriamente acompanhada dos seguintes conteúdos:

- formulário básico do INDL preenchido, assim como dos relatórios analíticos e de pesquisa;
- documentação audiovisual representativa dos diferentes usos da língua, com duração mínima de dez minutos e legendas em português;
- comprovação da anuência informada da comunidade quanto ao reconhecimento da língua e a sua concordância com as informações apresentadas como resultado da pesquisa;
- formulários de autorização de uso de informações, imagens e voz, e dos produtos audiovisuais.

Esses requisitos **são os mínimos necessários para o reconhecimento**, ou seja, as comunidades podem enviar outros materiais ou documentos que julgarem pertinentes e necessários à compreensão do valor de sua língua. De forma semelhante, durante um processo de inventário são realizadas muito mais ações do que as requeridas para o processo de reconhecimento, gerando produtos que também podem compor o dossiê da língua.

3.4 Principais etapas

Como mencionado no item anterior, para que uma solicitação possa ser encaminhada à Comissão Técnica do INDL é necessário que a produção de conhecimento e documentação da língua já tenha sido realizada. Recomenda-se que essa produção de conhecimento seja feita utilizando-se este Guia, que foi elaborado para atender aos princípios e requisitos necessários para a inclusão de línguas no INDL. Caso já exista produção de conhecimento e documentação audiovisual sobre a língua é necessário realizar a adequação dos conteúdos ao formulário do INDL,

contemplando inclusive atualização de dados, assim como dos demais materiais e documentos que fazem parte do processo.

O reconhecimento de uma língua como Referência Cultural Brasileira tem início com a apresentação formal da solicitação à Comissão Técnica do INDL, encaminhada pelas comunidades interessadas e acompanhada de toda a documentação obrigatória e dos materiais de identificação e documentação da língua.

A solicitação de inclusão de uma língua no INDL deve sempre ter um caráter coletivo, deve representar a vontade de um grupo de pessoas que falam e reconhecem aquela língua como sua. Nesse sentido, a proposta de inclusão precisa ser feita por uma pessoa jurídica, ou seja, por uma instituição, órgão ou associação que represente a comunidade de falantes, e vir acompanhada da anuência comprovada dessa comunidade em relação ao reconhecimento.

Segundo o Artigo 8º do Decreto nº 7.387/2010, são partes legítimas para propor a inclusão de línguas no Inventário Nacional da Diversidade Linguística órgãos e instituições públicas federais, estaduais, distritais e municipais, entidades da sociedade civil e de representações de falantes, conforme normas expedidas pelo Ministério da Cultura.

Embora a solicitação de reconhecimento de uma língua possa ser feita por apenas uma parte dos seus falantes, recomenda-se que esse processo seja o mais inclusivo e representativo possível, tanto para permitir um diagnóstico mais abrangente da situação em que ela se encontra, quanto para garantir a legitimidade de decisões coletivas que afetam toda a comunidade, como, por exemplo, a definição da denominação da língua ou propostas de ações de valorização e promoção.

Após análise preliminar da documentação pelo IPHAN, que pode solicitar complementações e adequações, a solicitação será encaminhada, com Nota Técnica, à Comissão Técnica do INDL, que é a instância responsável pela análise e deliberação sobre os pedidos de reconhecimento de uma língua. A decisão da CT-INDL poderá ser no sentido de aprovar a solicitação, incluindo sugestões de aprofundamento de pesquisa ou de realização de ação de Apoio e Fomento; ou de não aprovar, indicando retorno ao proponente, para adequação ou complementação da documentação apresentada.

Após a recomendação favorável à inclusão da língua no INDL por parte da Comissão Técnica, cabe ao Ministro da Cultura conferir o título de Referência Cultural Brasileira à língua, assim como comunicar o reconhecimento às demais instâncias governamentais.

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO INVENTÁRIO

A identificação de línguas aqui proposta se estrutura em torno de três dimensões: *produção de conhecimento*, *documentação* e *mobilização social*. Produção de conhecimento é entendida aqui em sentido amplo, ou seja, ações de pesquisa bibliográfica ou de campo, abrangentes ou pontuais, realizada a partir de metodologias e técnicas variadas com o objetivo de compreender, explicar, identificar, caracterizar, descrever e diagnosticar um determinado objeto ou situação-problema. Neste caso, os objetos prioritários são a língua, sua comunidade linguística e os contextos socioculturais a ela relacionados.

Entende-se documentação como um processo amplo de registro da língua e das dinâmicas socioculturais nas quais ela se encontra inserida, com o objetivo de gerar acervos que possam servir de referência para outros estudos e ações. Trata-se de constituir memórias e registros de práticas culturais que, por sua natureza dinâmica e processual, podem mudar rapidamente. Nesse sentido, ela também se constitui como uma importante ação de salvaguarda.

A documentação abrange todos os conhecimentos produzidos no processo de pesquisa, sejam eles registrados no formato audiovisual, visual e sonoro ou em papel. Essa documentação da língua inventariada ganha materialidade nos produtos gerados pela pesquisa, que podem ser editados e publicados – como vídeo-documentários ou livros – ou produzidos para acervos, organizados e indexados, como registros de entrevistas, de práticas culturais, mapas, relatórios, etc.

O termo mobilização social envolve todas as ações e têm como finalidade garantir o envolvimento dos falantes da língua e outros atores estratégicos no processo de inventário, permitindo que este seja, de fato, participativo. Na perspectiva das políticas patrimoniais, considera-se fundamental o processo participativo junto às comunidades, de modo que se garanta a qualidade dos resultados da pesquisa e da documentação, a tomada de decisões em relação à sua língua e, principalmente, a possibilidade de continuidade das ações de salvaguarda da língua, mesmo após o encerramento do inventário.

Além da participação das comunidades, pensar ações de fortalecimento e sustentabilidade de uma língua implica a mobilização de outros atores interessados –

prefeituras, associações locais, ONGs, instituições de pesquisa –, que possam atuar como parceiros não só nos processos de inventário, mas também na implantação de ações que visem garantir direitos linguísticos.

Embora cada uma dessas dimensões possa fazer uso de metodologias e técnicas específicas, elas são consideradas parte de um mesmo processo de pesquisa e, portanto, interdependentes. Não é possível, por exemplo, produzir conhecimento e documentar uma língua sem mobilizar a comunidade linguística, pois inventário pressupõe a participação efetiva dos falantes, tanto na produção de conhecimento como na definição daquilo que querem mostrar da sua cultura, do modo como desejam caracterizar e representar a sua língua. De forma semelhante, a documentação não pode prescindir dos processos de pesquisa e de participação da comunidade, inclusive na validação dos registros realizados.

Durante o processo de inventário é muito importante que essas três dimensões sejam contempladas de forma equitativa, embora ênfases em uma ou outra possam existir em decorrência da natureza do objeto, do perfil das equipes de pesquisa e das condições de realização do inventário.

4.1 Tipos de inventários

Considerando a necessidade de produzir uma proposta flexível e ágil para a identificação e a documentação de línguas, o escopo da produção de conhecimento prevista no INDL possui dois níveis diferentes: um básico e outro amplo.

O conteúdo básico requerido para o reconhecimento de uma língua está contido no inventário básico, considerando a necessidade de caracterização da língua, da comunidade linguística e da realização de diagnóstico sociolinguístico. Ele requer um conjunto menor de questões; com respostas mais objetivas e menos dissertativas; e com flexibilidade maior para o uso de estimativas e dados secundários.

O inventário amplo contempla aquele básico, com o acréscimo de questões que visam complementar e aprofundar os temas tratados no primeiro nível, podendo implicar um período maior de pesquisa de campo. A opção por realizar um inventário básico ou amplo depende das motivações dos proponentes e das condições objetivas de realização do inventário. Quando se tratar de uma língua pouco estudada optar por se fazer um inventário amplo pode ser a solução mais interessante, pois garante uma documentação mais abrangente e detalhada. Por outro lado, se uma língua se encontrar em risco iminente de desaparecimento, pode-se optar por um inventário básico, que permite uma documentação mais rápida.

Além de níveis de aprofundamento diferentes, o INDL também possibilita dois tipos de abrangência no que diz respeito ao recorte sociolinguístico para pesquisa: inventários individuais, nos quais apenas uma língua é contemplada, ou inventários múltiplos, que acontecem geralmente em contexto regionais, onde mais de uma

língua é objeto de identificação. A pesquisa de um inventário regional se dá em áreas onde haja coexistência de várias línguas, inclusive em nível individual (sujeitos que são bi ou plurilíngues).

Em termos de escopo, o inventário regional implica o levantamento de informações específicas para cada língua e sua comunidade linguística, bem como de informações voltadas para a caracterização da região e descrição das situações de coexistência das diferentes línguas nesse contexto. Mesmo que a identificação de diferentes línguas seja feita no âmbito de uma única pesquisa, as informações geradas para cada uma delas devem ser sistematizadas em formulários e relatórios específicos. A realização de inventários regionais é uma estratégia interessante para acelerar os processos de produção de conhecimento e melhorar a eficácia dos recursos financeiros.

4.2 Produtos

Ao serem finalizados, os inventários poderão gerar os seguintes produtos, sendo os quatro primeiros obrigatórios:

- Formulários
- Relatórios
- Acervo digital
- Anuências, autorizações de uso e documentos normativos
- Publicações

Os **FORMULÁRIOS** são os principais instrumentos para a sistematização dos resultados de um inventário. São documentos imprescindíveis para o reconhecimento da língua. Serão tratados de forma detalhada no VOLUME 2.

Os **RELATÓRIOS** são produtos fundamentais para a compreensão do inventário e sistematização final dos conhecimentos produzidos. O **RELATÓRIO DE PESQUISA** tem a finalidade de contextualizar o processo de produção de conhecimento e documentação como um todo, explicitando as opções teórico-metodológicas adotadas, as técnicas de coleta de dados. Os processos de elaboração de instrumentos (p.ex. questionários, roteiros, etc.) e os meios de sistematização dos levantamentos sociolinguísticos que forem realizados pelos inventários.

Devem ser incluídos também os desafios encontrados com relação às equipes de pesquisa, à metodologia proposta pelo INDL, à gestão de cronogramas, entre outros pontos relevantes. O relatório precisa conter ainda a descrição e qualificação dos processos de mobilização social, de construção de anuência, de validação dos dados e participação dos falantes na realização da pesquisa, assim como as deliberações, demandas e pactuações produzidas junto à comunidade.

O **RELATÓRIO ANALÍTICO** tem como finalidade construir um olhar abrangente sobre a língua documentada, a partir da interpretação, comparação e cruzamento dos diferentes dados coletados. De caráter monográfico, configura-se como espaço ideal para tratar das relações entre língua, contextos socioculturais, história, representações, memória e identidade – ou seja, permite a articulação de conhecimentos e temas que nos formulários são apresentados de forma mais objetiva ou fragmentada. Pode acolher também questões não previstas ou com pouco destaque no formulário. Nesse relatório também deverão ser analisados os dados de diagnóstico da língua, assim como possíveis ações necessárias para o seu fortalecimento.

O **ACERVO DIGITAL** é o terceiro produto dos inventários. Ele reúne toda a documentação audiovisual, visual e sonora realizada sobre a língua, contemplando materiais editados ou não. Também fazem parte deste acervo, os arquivos gerados na documentação do próprio processo de pesquisa e das ações de mobilização social.

No âmbito desse acervo, uma documentação representativa dos usos sociais da língua (para o inventário básico, de 10 minutos e para o amplo, de 15 minutos) e a coleta de listas de palavras da língua (lista de 100 palavras de Swadesh) são requisitos obrigatórios para o reconhecimento. Os demais documentos que deverão integrar o acervo digital de forma obrigatória ou opcional são indicados na SEÇÃO 6.

O produto denominado **anuências e autorizações de uso** compreende a apresentação de todos os documentos que registram a concordância da comunidade com o processo de inventário e reconhecimento da língua, assim como as permissões das pessoas que participaram da pesquisa e dos profissionais que realizaram a documentação, quanto ao uso das imagens, sons, informações e documentos produzidos.

A **ANUÊNCIA DAS COMUNIDADES** linguísticas se dá em duas modalidades:

- **ANUÊNCIA PARA INVENTÁRIO** – a anuência prévia e informada da(s) comunidade(s) deve ser solicitada na etapa inicial do inventário, após a mesma ter sido instruída quanto aos objetivos e perspectivas do projeto de inventário
- **ANUÊNCIA PARA O RECONHECIMENTO** – produzida na etapa de conclusão dos inventários, quando a comunidade valida os dados apresentados pela pesquisa e decide quanto à solicitação de reconhecimento da língua. Deve explicitar o desejo da coletividade quanto à inclusão da língua inventariada no INDL.

As anuências são obrigatórias e devem ser documentadas preferencialmente em papel, podendo-se utilizar, entretanto, registros em meio digital. Em um ou outro suporte é fundamental que se explicita a que se está anuindo, e ainda, os dados básicos de quem se manifesta, incluindo indicações sobre a sua relação com a língua ou seu papel social dentro da comunidade. Solicita-se também, que seja apresentado, junto com a documentação da anuência, um relatório que contextualize as condições e os processos por meio dos quais ela foi obtida. Recomenda-se que as equipes observem, para a construção da anuência, as orientações disponibilizadas pelo IPHAN.

Além de documentação das anuências, os inventários devem coletar **autorizações de uso** de voz, imagem e informação das pessoas entrevistadas, filmadas e/ou fotografadas. Recomenda-se a utilização dos Termos de Autorização de Uso disponibilizados pelo IPHAN, disponibilizados no **Suplemento Metodológico do Guia**. Esses termos devem ser assinados individualmente, por cada entrevistado. Em alguns casos é possível registrar essa autorização em meio audiovisual ou sonoro, sendo necessário deixar claro na mesma gravação, o que está sendo autorizado, por quem e em que termos. Como será visto no item 6.4, cada arquivo digital precisa conter metadados que indiquem o nível de autorização permitido.

Além da autorização das pessoas entrevistadas é preciso coletar a autorização dos profissionais que elaboraram os registros audiovisuais, para que as imagens possam ser utilizadas posteriormente. Existe também um formulário específico para este fim. A coleta dessas autorizações é fundamental para a documentação da língua e para o desenvolvimento de ações de salvaguarda da diversidade linguística, pois sem esses documentos não é possível utilizar o material produzido, nem para pesquisa, nem para divulgação e promoção.

Como **PUBLICAÇÕES** entendemos todos os produtos gerados a partir da documentação realizada no âmbito do inventário, e que são editados e publicados, visando à circulação, à promoção e divulgação da língua ou do projeto. Podem ser livros, livros didáticos, catálogos de exposição, vídeo-documentários, CDs, etc. Esses produtos não são obrigatórios para o inventário, mas recomenda-se a elaboração de pelo menos uma publicação, pois elas são importantes para as ações devolutivas junto às comunidades e também para a valorização da língua em um contexto mais amplo, pois viabilizam a divulgação dos resultados do inventário.

4.3 Conceitos estruturantes

O INDL se estrutura em torno de conceitos relativos a três grandes temas:

- **LÍNGUA** – o quê?
- **COMUNIDADE** – quem?
- **TERRITÓRIO** – onde?

Esses temas, que no campo das ciências humanas possuem suas próprias dinâmicas, historicidades, referências teóricas e epistemológicas são fundamentais para a constituição da diversidade linguística como objeto do campo da cultura e, especificamente, do patrimônio cultural. Ou seja, a definição desses conceitos, além de contribuir para a delimitação do universo de pesquisa e a construção do objeto, permite qualificar, na perspectiva do INDL, a relação entre a língua, falantes da língua e território onde se fala.

4.3.1 LÍNGUA DE REFERÊNCIA E MULTILINGUISMO

Nessa seção serão abordados três conceitos referentes ao objeto de um inventário: a *língua de referência* (ou seja, a língua a ser reconhecida), as demais línguas em contato com a língua de referência e as *variedades* de uma língua de referência.

A salvaguarda da diversidade linguística tem como objeto o elemento língua, somado aos seus respectivos falantes e contextos socioculturais. Toda língua a ser incluída no INDL é (ou foi) um meio de comunicação de um grupo de indivíduos localizados no tempo e no espaço. Como instrumento de reconhecimento de valor patrimonial, entretanto, o INDL pressupõe o entendimento da língua para além da sua caracterização como meio de comunicação ou dos seus elementos puramente linguísticos, pautando-se naquilo que a língua representa como referência de *identidade coletiva e elemento de transmissão da cultura*.

Língua de referência é o conceito que sintetiza a perspectiva da língua como uma “referência cultural” de um determinado grupo social. É aquela que será reconhecida, incluída no Inventário Nacional da Diversidade Linguística, recebendo o título de Referência Cultural Brasileira. Ela representa a língua que é indicada por uma coletividade como elemento articulador da sua cultura, identidade, ação e memória.

Um grupo social pode ser monolíngue ou multilíngue (bilíngue, trilíngue, etc.), usando mais de uma língua em sua vida social. Ser multilíngue é a regra, e não a exceção, para a maioria das populações no mundo. Ainda que multilíngue, entretanto, há situações de usos linguísticos e valores culturais que diferenciam cada língua para esse grupo social. Os inventários devem analisar esses papéis específicos das línguas existentes numa comunidade linguística, identificando a *língua de referência*, em contraste com as demais. Multilinguismo e plurilinguismo são conceitos relacionados, mas não são sinônimos. Altenhofen e Boch (2011) diferenciam esses termos ao classificar o multilinguismo como a “coexistência de línguas em determinado território”, e o plurilinguismo como “a postura plural do indivíduo, refletida nas habilidades/competências em mais de uma língua”. Neste sentido, enquanto o multilinguismo é uma característica da sociedade, o plurilinguismo é uma marca do indivíduo. Essa distinção é central, pois é a condição plural que irá manter a diversidade linguística viva. Mais do que gerar conhecimentos sobre uma língua específica, é importante conhecer a realidade multilíngue em que vivemos e promover o plurilinguismo. Não basta garantir espaços à língua, mas sim criar uma consciência linguística e uma atitude favorável plurilíngue, tanto para os membros das comunidades quanto para outros de fora dela.

No caso de inventários regionais, temos um único inventário com mais de uma língua de referência. A caracterização das línguas na comunidade se assemelha aos estudos tradicionais de multilinguismo, em que se procura identificar para um indivíduo bi- ou plurilíngue qual é sua língua materna versus as demais línguas que ele domina (cf. ALTENHOFEN 2002). No INDL, entretanto, há uma diferença conceitual entre língua materna e língua de referência, pois nem sempre a língua a ser

reconhecida será a língua materna da maioria dos membros das comunidades linguísticas. Além disso, língua materna tem uma conotação mais individual, “língua materna para uma pessoa”, e língua de referência pressupõe sempre conotação coletiva, “língua de referência para a comunidade”.

Tendo como base o estudo de Cléo Altenhofen (2002) sobre o conceito de língua materna, a caracterização tanto da língua de referência como do multilinguismo se baseia em questões como:

- o relativo grau de importância social das línguas; a proficiência oral/gestual, em escrita e leitura dos indivíduos;
- os usos sociais específicos das línguas;
- a taxa de transmissão intergeracional;
- atitudes e representações da comunidade com relação à língua.

Outros temas, a partir dos quais a língua de referência também deverá ser caracterizada serão discutidos no VOLUME 2.

Língua e variedades

Língua é uma entidade abstrata, variedade é sua manifestação concreta, heterogênea e dinâmica. Do ponto de vista dialetológico ou sociolinguístico, nenhum indivíduo fala uma língua (o português, o espanhol), mas sim variedades de língua(s). Toda língua tem múltiplas variedades, que são comumente conhecidas por uma gama de termos como “sotaques”, “jargões”, “gírias”, “falares”, “patoás”, “dialetos”, etc. Embora existam definições técnicas para esses termos, eles são muitas vezes empregados para se referir a “sub-línguas”, sejam elas variedades de uma língua dominante ou de línguas que não possuem escrita e/ou uma tradição literária, ou mesmo não possuem um corpo político como o Estado que lhe dê um respaldo institucional. Ou seja, adquirem, muitas vezes, uma perspectiva pejorativa.

A complexidade desses fenômenos advém da falta de dados sobre a diversidade linguística, mas também sobre o que entendemos que deve ser reconhecido como língua e como variedade. A linguística reconhece que língua é um conceito baseado numa abstração em dois níveis¹⁴:

- Por um lado, o nível sistêmico, referente à língua enquanto um sistema baseado num conjunto de normas, signos e convenções sociais que substancia a comunicação entre indivíduos e grupos sociais.

14. Veja também o VOLUME 2 para orientações práticas para a identificação e documentação de variedades linguísticas.

- Por outro lado, o nível simbólico-político, referente aos valores socioculturais, políticos e ideológicos construídos historicamente, que definem uma língua versus outras línguas, ou uma língua que abarca diversas variedades internas (ou seja, dialetos, sotaques, etc.).

Como nos explica Coseriu (1982), para o nível sistêmico, qualquer variedade (ou seja, dialetos, sotaques, estilos da linguagem, etc.) é uma língua plena; porém, para o nível simbólico-político, variedades não são línguas, mas antes entidades simbolicamente subordinadas a uma língua autônoma. Existe, no entanto, uma tensão entre os níveis sistêmico e simbólico-político não facilmente resolvível, o que revela que língua e variedade são, em última instância, frutos de negociações históricas entre pessoas, grupos, instituições.

Considerando o exposto, entende-se que aquilo que é língua e aquilo que é variedade deverá ser discutido e estabelecido junto às comunidades linguísticas, no âmbito dos projetos de inventário, para cada língua específica, devido principalmente ao caráter simbólico-político do reconhecimento patrimonial das línguas. Nesse sentido, o que é compreendido como língua deve ser debatido e problematizado no processo de pesquisa com a participação das comunidades linguísticas e a equipe que desenvolvem o inventário. É muito importante, nesse sentido, que esse debate esteja explicitado na documentação da língua, e que as opções tomadas sejam amparadas por argumentos e justificativas consistentes, que permitam compreender não só as negociações e posicionamentos estabelecidos em relação às perspectivas teóricas do campo da linguística, mas também em relação à dimensão simbólica-identitária que envolve essa definição.

4.3.2 COMUNIDADE

No que se refere aos falantes da língua, operamos com dois conceitos: comunidade linguística e a comunidade de referência da língua a ser reconhecida.

- **COMUNIDADE LINGUÍSTICA:** população que fala a língua de referência e/ou que com ela se identifica por pertencimento étnico ou por filiação a falantes dessa língua.
- **COMUNIDADE DE REFERÊNCIA:** o grupo social específico de uma comunidade linguística com o qual os inventários efetivamente se desenvolveram.

A definição clássica de comunidade para questões relativas às línguas foi cunhada por Gumperz (2009:66 [1968]):

Qualquer agrupamento humano caracterizado por interações regulares e frequentes por meio de um conjunto de signos linguísticos, e diferenciado de outros agrupamentos semelhantes por diferenças significativas nos usos linguísticos.

Gumperz havia inicialmente cunhado o termo *language community* “comunidade de língua” para então recodificá-lo em *speech community* “comunidade de fala” (cf. DURANTI 2009). Comunidade de fala é um conceito sociológico mais amplo, que dá conta dos dinamismos culturais e linguísticos num dado grupo social, sobretudo sociedades multilíngues. Uma comunidade de fala pode ser qualquer tipo de organização social (p.ex. uma família, um mercado, um grupo de adolescentes, etc.). Comunidade de língua é um termo menos dinâmico, mas ao mesmo tempo permite que vejamos um recorte social a partir de uma língua em questão, por exemplo, a “Comunidade de Países de Língua Portuguesa” (CPLP).

Para o INDL, usamos o termo COMUNIDADE LINGUÍSTICA. Esse é um termo híbrido, pois abrange a relação entre língua e sociedade de duas maneiras: primeiro, parte da identificação de uma língua para então identificar o grupo social representativo dessa língua (cf. comunidade de língua). Segundo, parte desse grupo social para então diagnosticar seu comportamento linguístico, incluindo o uso de outras línguas (cf. comunidade de fala).

Pertencem a uma comunidade linguística todos os indivíduos que **falam a língua** ou **se identificam**, por etnia ou por filiação, com o grupo social de falantes da língua. Alguns exemplos servem para ilustrar esse conceito:

- **Nem todas as pessoas que se identificam com a língua são falantes:** Por exemplo, uma pessoa pode ser filho de pais que falam Pomerano, mas ela própria apenas fala o Português. Isso não impede que ela se identifique com a língua Pomerana e a tenha como uma referência cultural.
- **Nem todas as pessoas que falam a língua são do grupo social originalmente identificado com essa língua:** Por exemplo, uma mulher Desáno – que fala Desáno e Tukáno – casada com um homem Tukáno, pode pertencer à comunidade linguística Tukáno.
- Um indivíduo pode fazer parte de mais de uma comunidade linguística: Por exemplo, o filho de pais falantes de Pomerano pertence à comunidade linguística do Pomerano por identificação cultural e à comunidade linguística do Português por falar essa língua. Da mesma forma, a mulher Desáno pertence à comunidade linguística Desáno por identificação étnica e por falar essa língua, e também à comunidade linguística Tukáno, por falar também o Tukáno.

Identificar essa comunidade, localizá-la no território e descrever seus aspectos culturais, históricos e sociolinguísticos, problematizando a definição desse conceito em relação a cada língua específica, é parte do processo do inventário.

A COMUNIDADE DE REFERÊNCIA representa a parcela da comunidade linguística que foi efetivamente envolvida no processo de pesquisa e mobilização social em um inventário, incluindo as construções de anuências. Esse conceito é importante, pois, por um lado, comunidade linguística é um termo um tanto genérico,

pois representa todas as pessoas que falam ou se identificam com a língua, independentemente de um espaço geográfico específico. Já a comunidade de referência deverá sempre ser localizada e definida de modo concreto em cada inventário, o que é algo importante para diversos fatores, tais como: para tornar mais precisa a produção de conhecimentos, para subsidiar o planejamento de ações de salvaguarda (incluindo aquelas de complementação da própria pesquisa) e para que o reconhecimento de uma língua seja resultante de um processo de participação de um grupo social específico.

Para certos tipos de inventários, a comunidade linguística e a comunidade de referência podem ser as mesmas. Isso ocorre, sobretudo, para comunidades mais homogêneas, com um número pequeno de falantes e pouca extensão territorial. Por exemplo, se uma língua é falada apenas em cinco localidades e o inventário conseguiu realizar a pesquisa e mobilização com as pessoas dessas localidades, a comunidade linguística e a comunidade de referência são coincidentes. Essa situação corresponde ao CENÁRIO 1, descrito na SEÇÃO 4.4.4.

Para outros tipos de inventários, com línguas com grande população e distribuição territorial, e grupos sociais mais heterogêneos e multilíngues, poderá ser necessário fazer um recorte de amostra populacional. Assim, a comunidade de referência será menor do que a comunidade linguística da língua. Por exemplo, se uma língua é falada em 10 municípios, e o inventário focou apenas em 4 municípios, a sua comunidade de referência será aquela dos 4 municípios, e a comunidade linguística da língua será aquela total dos 10 municípios. Isso corresponde aos “CENÁRIOS 2 e 3” descritos na SEÇÃO 4.4.4. Nesses casos, recomenda-se que o planejamento dos inventários, principalmente no caso de línguas de muitos falantes, construa uma perspectiva de comunidade de referência que garanta representatividade demográfica, política e sociocultural em relação à comunidade linguística como um todo.

Para inventários regionais, que tratam de regiões multilíngues, haverá para cada língua uma comunidade de referência e uma comunidade linguística. Por exemplo, Parque Indígena do Xingu, especificamente no Alto Xingu falam-se doze línguas. Os falantes de Kalapalo estão concentrados em localidades específicas, mas também há falantes dessa língua espalhados em outras localidades. Todos os falantes de Kalapalo são parte da comunidade linguística Kalapalo, mas o inventário deverá ainda identificar a comunidade de referência para a língua Kalapalo, com sua respectiva delimitação territorial. Ver “CENÁRIOS 4 e 5” descritos na SEÇÃO 4.4.4.

Comunidades linguísticas devem ser vistas como construções dinâmicas e processuais, que se reinventam, e (re)significam os sentidos de identidade e pertencimento em diálogo com o tempo presente e com as experiências vividas enquanto coletividade. Não são entidades estanques e homogêneas. Ao fazer uso deste termo propomos que, em cada processo de inventário, a definição do que se entende como *comunidade linguística (ou de referência)* seja construída, de forma crítica e reflexiva, junto com os falantes da língua envolvidos no processo de pesquisa e documentação, a partir dos elementos sugeridos neste Guia como referências para sua conceituação. Nesse sentido, mesmo que se parta de hipóteses

iniciais, essas categorias podem ser revistas, ampliadas e requalificadas na medida em que as atividades de documentação da língua se desenvolvem.

Falantes e demais pessoas da comunidade linguística

As pessoas de uma comunidade linguística são categorizadas de acordo com sua relação com a língua de referência. Essa relação segue três parâmetros, propostos pelo relatório do levantamento de línguas indígenas da Austrália (NILS 2005):

- **Saber a língua**
- **Usar a língua**
- **Identificar-se com a língua**

“**Saber**” se relaciona diretamente com os níveis de proficiência de uma pessoa numa língua, seja proficiência oral/gestual ou em escrita e leitura. “**Usar**” está relacionado com a frequência do uso de uma língua e a diversidade de tipos de usos e domínios sociais em que ela é falada. Uma pessoa pode saber uma língua, mas não usá-la, pois talvez tenha sido proibida de usar a língua, talvez tenha vergonha de usá-la, ou mesmo não tenha ninguém com quem falar. “**Identificar-se**” se baseia no campo simbólico, no fato de uma pessoa ter uma determinada língua como uma referência cultural, como marca de identidade ou mesmo como um signo afetivo, diferenciado de outras línguas que ela conheça. Uma pessoa pode se identificar com uma língua por ser um elemento definidor de sua identidade, e, no entanto, não a utilizar por não conhecê-la de modo satisfatório.

Categorizar os indivíduos em tipos de falantes faz parte dos diagnósticos socio-linguísticos dos inventários e é crucial para responder diversos campos do formulário, incluindo talvez o mais básico sobre “quantos falantes tem a língua?”. A identificação de indivíduos pode estar vinculada a mais de uma comunidade linguística desde que ao menos um dos parâmetros (“saber”, “identificar-se” e “usar” a outra língua) sejam atestados. Isso requer que os inventários estejam atentos ao multilinguismo e plurilinguismo em sua área de pesquisa.

Os tipos de falantes propostos pelo INDL com base no critério de “saber a língua” são os seguintes:¹⁵

FALANTES FLUENTES são pessoas que, no mínimo, podem se comunicar de forma natural e espontânea numa língua, em diferentes situações comunicativas do dia a dia. Obviamente, há diferentes níveis de habilidades comunicativas entre falantes fluentes: em nossa sociedade, identificamos pessoas que são bons oradores, bons escritores, bons contadores de histórias e piadas, etc. Também há diferenças importantes sobre a variedade da língua usada por diferentes falantes, como, por exemplo, uma variedade mais conservadora em termos gramaticais, lexicais e

15. Para uma discussão mais aprofundada sobre proficiência linguística, ver VOLUME 2.

estilísticos versus uma variedade menos conservadora. Falantes fluentes são mais recorrentes para qualquer língua cuja transmissão intergeracional se dê de modo estável e que as pessoas a utilizem nas mais diversas situações sociais.

Podem entrar nessa categoria pessoas que aprenderam a língua como sua primeira língua, ou uma de suas primeiras línguas para falantes plurilíngues, ou mesmo como uma segunda língua que chegaram a dominar de modo satisfatório. Assim, sugerimos não só identificar os falantes fluentes com base na proficiência, mas também detalhar diferentes nuances que caracterizam o universo dos falantes fluentes, como, por exemplo, com relação a suas habilidades comunicativas, variedades que falam ou a forma de aquisição da língua. É importante ainda esclarecer que, no âmbito do INDL, quando se utiliza o termo falantes, sem algum outro qualificativo, está se referindo exclusivamente a falantes fluentes.

FALANTES PARCIAIS são pessoas que têm uma compreensão razoável da língua, mas que não produzem conversações e outros usos linguísticos do mesmo modo como falantes fluentes. Em geral, “entendem bem, mas falam pouco sua língua”, ou “entendem um pouco, mas não falam a língua”. Isso decorre devido a uma aquisição parcial, sobretudo na infância e adolescência, ou porque ainda jovens vieram a falar outra língua como principal, deixando de usar aquela que fora sua primeira língua. Há também casos de pessoas mais velhas que falavam a língua até certa fase na vida, mas nunca mais a voltaram a falar, e, portanto, entraram num processo de esquecimento gradual da língua.

Em geral os falantes parciais têm uma importância fundamental em comunidades cuja língua está em franco declínio, pois eles podem ser grandes incentivadores de processos de revitalização linguística. Assim, sugerimos que os inventários abordem, de modo detalhado, a categorização desses falantes quando se tratar de uma língua nesse contexto (para subcategorias sobre falantes parciais, vejam GRINEVALD & BERT 2012, CAMPBELL & MUNTZEL 1989).

NÃO-FALANTES são pessoas que fazem parte de uma comunidade linguística, mas que não dominam em nenhum grau a língua de referência. O fato de eles não falarem a língua é significativo para se compreender o multilinguismo na comunidade e o grau de ameaça à língua, bem como as formas de socialização linguística na comunidade. Uma grande população de indivíduos que não falam a língua, mas cujos pais e/ou avós são falantes, aponta para uma crise profunda na sua transmissão. Para todos os tipos de não-falantes, é importante identificar que língua eles usam no seu dia-a-dia, uma vez que vivem dentro do território de uma comunidade linguística – mesmo não falando a língua de referência de sua comunidade.

Identificar, quando possível, o grau e a dimensão de conhecimento e usos que esses falantes possuem da língua de referência também é importante. As poucas palavras que eles saibam ou as poucas expressões memorizadas podem ser um indicativo da relevância cultural dessas palavras e expressões, por exemplo. É ainda possível fazer uma distinção no universo dos não-falantes com relação à forma de identificação com a língua de referência. Isso será discutido na seção seguinte.

A dimensão simbólica, que está na base da noção de “identificar-se” com a língua, suscita a proposição das categorias de Falantes de Referência e Falantes Potenciais. Não existe relação de obrigatoriedade entre “identificar-se” e proficiência, embora “saber” a língua seja uma dimensão importante para a caracterização dos falantes de referência.

FALANTES DE REFERÊNCIA são em geral identificados entre os falantes fluentes, mas, em casos especiais, podem ser identificados entre os falantes parciais. Idealmente, deve-se produzir uma caracterização dessas pessoas nos inventários. O denominador comum aos falantes de referência, é simples: são pessoas tidas como referência dentro das comunidades por terem um conhecimento linguístico-cultural destacado dos demais indivíduos e por desempenharem uma função social de destaque, seja em decorrência de seu conhecimento linguístico-cultural e/ou em decorrência de sua atuação na valorização e promoção da língua e da cultura na comunidade.

Entre os falantes fluentes, os de referência, em geral, destacam-se por serem reconhecidos como bons oradores, bons escritores, bons contadores de histórias, bons sabedores da história e cultura de seu grupo, ou até mesmo falantes de uma variedade da língua considerada pelas pessoas de sua comunidade como a mais pura, a mais conservadora, a ideal. Esse tipo de falante é, sobretudo, de grande relevância para ações de salvaguarda linguística. É comum que falantes de referência também acumulem outros tipos de referência sociocultural dentro de sua comunidade, como líderes políticos, religiosos, sabedores, pajés, professores, etc.

Quando uma língua possui poucos falantes vivos, todos esses tendem a ser considerados como falantes de referência devido a seu valor para a memória e eventual transmissão da língua. No entanto, nesses casos, ou em casos em que não há mais falantes vivos para uma língua, é fundamental que encontremos falantes de referência entre os falantes parciais. Esses podem ser aquelas pessoas que detenham um conhecimento linguístico-cultural melhor qualificado do que os demais indivíduos, mas principalmente são também as pessoas que são grandes animadores de movimentos locais para a promoção e valorização da língua e da cultura da comunidade. Dessa forma temos uma distinção entre falante de referência que são falantes fluentes e aqueles que são falantes parciais.

FALANTES POTENCIAIS são pessoas que não falam a língua fluentemente, mas que, potencialmente, poderiam se tornar falantes fluentes em decorrência de movimentos pela retomada da transmissão da língua em sua comunidade. Estão nessa categoria os falantes parciais, mas também certos “não-falantes”, que apesar de não falarem a língua, consideram-na como uma referência cultural para sua identidade dentro da comunidade de referência. A relevância dos falantes potenciais para a salvaguarda das línguas é bem documentada na literatura especializada (cf. HINTON 2012, apud GRINEVALD & BERT 2012).

4.4.3 TERRITÓRIO

A delimitação territorial é uma operação fundamental no processo de inventário de uma língua, sobretudo devido à sua profunda relação com o conceito de comunidade linguística e de referência. No INDL se trabalha com quatro níveis de delimitação territorial:

- **LOCALIDADES DE OCORRÊNCIA DA LÍNGUA** – é todo lugar onde há falantes ou falantes potenciais da língua de referência no território nacional e fora dele.
- **ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA** – porção territorial que representa a área total compreendida pelo projeto de pesquisa.
- **ÁREA DA COMUNIDADE DE REFERÊNCIA** – é a porção territorial que corresponde à comunidade de referência da língua.
- **ÁREA FOCAL DA PESQUISA** – porção territorial que representa uma delimitação específica dentro da área abrangência da pesquisa, selecionada como forma de aprofundar alguma dimensão necessária do processo de pesquisa e mobilização social, a partir de critérios variados.

Toda língua deve ser identificada com base numa comunidade linguística que, por sua vez, deve estar localizada num território. O inventário deverá dar conta, sempre que possível, do território da comunidade linguística a partir da identificação de um conjunto de **LOCALIDADES DE OCORRÊNCIA DA LÍNGUA**. Por exemplo, se temos notícia de cerca de cento e cinquenta localidades onde se fala a língua Kaingáng, a extensão da comunidade linguística Kaingáng pode ser delimitada pelo polígono constituído por todas essas localidades.

As localidades de ocorrência correspondem em termos cartográficos a quaisquer pontos no mapa que indiquem a presença de falantes e falantes potenciais de uma língua. Podem corresponder à área de um município, ou a um bairro; a uma terra indígena ou aldeias dentro dela; a uma vila ou a domicílios dentro de uma vila; etc. Os inventários são estimulados a prover informações sobre a comunidade linguística como um todo, sempre que houver informações confiáveis, mesmo que sua área de abrangência da pesquisa não abarque todas as localidades onde há membros da comunidade linguística.

ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA é a delimitação espacial do projeto de inventário, que pode ter extensão variada, de acordo com o objeto de pesquisa. Esta é uma categoria ampla, em relação a qual todas as outras se estruturam. A área de abrangência da pesquisa pode incluir ou não todas as localidades de ocorrência de uma língua, a depender do recorte territorial do inventário e da extensão geográfica e tamanho populacional da língua. Línguas com grande extensão territorial, por exemplo, podem ter apenas algumas localidades incluídas na área de abrangência da pesquisa.

Cada inventário deve identificar uma comunidade de referência para cada língua inventariada; essa definição se traduz territorialmente pelo que chamamos de **ÁREA DA COMUNIDADE DE REFERÊNCIA DA LÍNGUA**. Essa noção compreende todas as

localidades que os inventários identificaram como parte do território da comunidade de referência de uma língua. Em alguns casos, ela pode ser coincidente com a área de abrangência da pesquisa. Em outros, ela é uma especificação desta última, o que ocorre geralmente com línguas de grande população de falantes, quando é necessário construir recorte populacional representativo da língua para a realização do inventário e, sobretudo, em inventários regionais, onde deverá haver uma comunidade linguística para cada língua a ser reconhecida.

A **ÁREA FOCAL DA PESQUISA** é um recorte opcional de cada inventário. Será sempre uma especificação dentro da área de abrangência da pesquisa, tendo em vista o aprofundamento de alguma dimensão da identificação, diagnóstico e documentação da língua ou de uma situação/problemática relacionada a contextos de multilinguismo. Por exemplo, suponhamos que na área de abrangência de pesquisa de um inventário haja três núcleos urbanos onde o inventário queira fazer um trabalho de censo linguístico. Esse três centros podem constituir uma área focal da pesquisa. Esse conceito pode ser utilizado tanto para inventários individuais quanto regionais e não precisa estar relacionado a uma língua em particular.

Para inventários com comunidades mais homogêneas, com número reduzido de falantes, a área de abrangência da pesquisa e a área da comunidade de referência podem ser iguais à área de todas as localidades de ocorrência da língua. Por exemplo, se uma língua é falada apenas em cinco localidades e o inventário conseguiu pesquisar e mobilizar as pessoas dessas localidades, a área de abrangência da pesquisa, a área da comunidade de referência e as localidades de ocorrência da língua são co-extensivas, ou seja, espacialmente iguais. Isso corresponde ao CENÁRIO 1 descrito na SEÇÃO 4.4.4.

Para outros tipos de inventários, com línguas com grande população e distribuição territorial, com grupos sociais mais heterogêneos e multilíngues, poderá ser necessário fazer um recorte da distribuição espacial da língua. Assim, a área de abrangência da pesquisa poderá ser menor do que a área compreendida por todas as localidades de ocorrência da língua. Por exemplo, se uma língua é falada em dez municípios, e o inventário se limitou apenas a quatro municípios, a área de abrangência da pesquisa será aquela dos quatro municípios. Nesse caso, a área de abrangência da pesquisa e a área da comunidade de referência serão em tese coincidentes, mas menores do que a área que abrange todas as localidades de ocorrência da língua. Isso corresponde ao CENÁRIO 2 descrito na SEÇÃO 4.4.4.

Dependendo do tamanho da área de abrangência da pesquisa, entretanto, poderá ser necessário propor um recorte geográfico ainda menor, para que o trabalho de pesquisa e mobilização social possam ser mais consistentes. Nesse caso, a área da comunidade de referência é menor que área de abrangência da pesquisa. Por exemplo, suponhamos que um inventário da língua Kaingáng tenha identificado cento e cinquenta localidades de ocorrência da língua. Dessas, o inventário delimita setenta localidades como a área de abrangência da pesquisa, na qual serão realizadas apenas pesquisas e levantamentos preliminares, geralmente com

dados secundários. Como esse número de localidades ainda é muito extenso, o inventário pode delimitar a área ainda menor, abrangendo vinte localidades de ocorrência da língua, para aprofundamento da caracterização e diagnóstico da língua. Essas vinte localidades corresponderão à área da comunidade de referência. Ver CENÁRIO 3 descrito na SEÇÃO 4.4.4.

A delimitação de uma área da comunidade de referência menor do que a área de abrangência pode, entretanto, responder a outras necessidades. Utilizando o mesmo exemplo, podemos considerar a possibilidade de parte da população de falantes não querer participar do inventário. Suponhamos que tenham sido realizadas ações de mobilização preliminar, com a apresentação do projeto de inventário nas setenta localidades que compõem a área de abrangência da pesquisa. Nesse processo, a população de quinze localidades decidiu que não desejaria ter a sua língua documentada e, muito menos, encaminhada para o reconhecimento. Nesse caso, a área da comunidade de referência corresponderia ao território das outras cinquenta e cinco localidades que, efetivamente, participaram do desenvolvimento da pesquisa.

A delimitação da porção territorial a que se refere cada uma dessas categorias se dá ao longo de todo o processo de pesquisa. O inventário parte sempre de uma proposta preliminar de recorte territorial, construída a partir dos conhecimentos já disponíveis – em fontes secundárias ou coletadas em visitas preliminares ao campo, etc. Esta, entretanto, deverá ser aprofundada, complementada, revista na medida em que a pesquisa de campo acontece e se ampliam os conhecimentos acerca da comunidade de referência e da situação da língua. É para isso que usamos os conceitos de área da comunidade de referência e área focal da pesquisa, ou seja para permitir uma especificação territorial e sociolinguística da pesquisa de modo mais dinâmico e fiel às necessidades do campo.

4.4.4 SÍNTESE E ILUSTRAÇÕES

Podemos observar os conceitos estruturantes do INDL no quadro abaixo: um conceito referente à língua, dois à comunidade e quatro a território. Aqueles da primeira linha decorrem da existência concreta da própria língua, ou seja, da presença de pessoas que falam ou se identificam com ela. Na segunda linha, conceitos que são definidos em função da pesquisa, no processo de construção do objeto, que envolve olhares dos pesquisadores e também dos falantes participantes do inventário.

LÍNGUA	COMUNIDADE	TERRITÓRIO
Língua de referência	Comunidade linguística	Localidades de ocorrência da língua
	Comunidade de referência	Área de abrangência da pesquisa Área da comunidade de referência Área focal da pesquisa (opcional)

Esses conceitos são relacionados entre si e interdependentes. A definição de cada um deles no âmbito de um inventário é feita a partir de um conjunto de relações possíveis. No que se refere especificamente à língua de referência, temos:

- A identificação de uma língua de referência só é possível a partir de uma COMUNIDADE LINGUÍSTICA, ou seja, da existência de pessoas que falam ou que se identificam com ela;
- A representação espacial da COMUNIDADE LINGUÍSTICA deve ser feita com base nas localidades de ocorrência da língua.

Para os **INVENTÁRIOS DE UMA ÚNICA LÍNGUA DE REFERÊNCIA**, a correlação entre os conceitos estruturantes é a seguinte:

- Todo inventário deve definir a área de abrangência da pesquisa a partir das localidades de ocorrência da língua;
- Para toda área de abrangência da pesquisa é necessário delimitar uma área da comunidade de referência (que pode ser igual ou menor àquela);
- Opcionalmente, os inventários podem propor áreas focais de pesquisa, visando atender a necessidades específicas de identificação e documentação da língua.

Para os **INVENTÁRIOS REGIONAIS**, a correlação entre os conceitos estruturantes é a seguinte:

- A área total da região selecionada para a realização do inventário corresponde à área de abrangência de pesquisa;
- A área de abrangência da pesquisa engloba mais de uma língua de referência;

Para cada **LÍNGUA DE REFERÊNCIA** presente nessa região deverão ser definidas:




- a extensão territorial da COMUNIDADE LINGUÍSTICA de cada língua (ou seja, as localidades de ocorrência de falantes e falantes potencias de cada língua);
- a COMUNIDADE DE REFERÊNCIA de cada língua (junto com a áreas dessas comunidades de referência).

Nesses inventários também poderá haver áreas focais de pesquisa, sejam elas associadas diretamente a uma língua em identificação ou à investigação de contextos específicos da região ou de situações de multilinguismo.

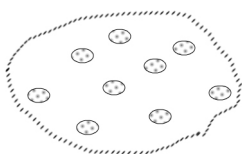
Os conceitos que dependem do olhar construído pela pesquisa são definidos de modo particular para cada inventário. Língua de Referência, Comunidade de Referência e Área de Abrangência da Pesquisa são conceitos estratégicos para o processo de inclusão da língua no INDL, pois eles permitem delimitar que língua vai

ser reconhecida, qual é a população para a qual ela é referência – e que participou do inventário, que efetivamente solicita essa inclusão – e, ainda, onde se encontra localizada essa comunidade.

A seguir ilustramos a inter-relação entre os principais conceitos com base em alguns cenários possíveis de serem encontrados em campo pelos inventários. Em todos os casos, trabalhamos com as seguintes legendas:

LOCALIDADE DE OCORRÊNCIA DE UMA LÍNGUA		“esfera”
ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA PESQUISA		”linha pontilhada”
ÁREA DA COMUNIDADE DE REFERÊNCIA		“linha contínua”

Vale destacar que estamos representando as áreas como território contínuo por razões puramente ilustrativas, pois uma área pode ser definida por um conjunto de pontos (locais) não necessariamente contínuos no espaço.



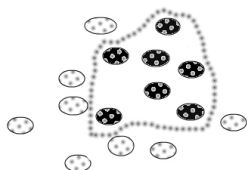
CENÁRIO 1

Inventário com uma única língua de referência

A área de abrangência da pesquisa engloba todas as localidades de ocorrência da língua.

Logo, a comunidade de referência e a comunidade linguística são iguais.

Logo, a área de abrangência de pesquisa coincide com a área da comunidade de referência.



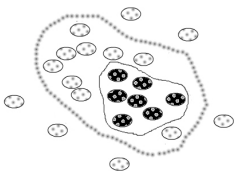
CENÁRIO 2

Inventário com uma única língua de referência

A área de abrangência da pesquisa é menor do que a extensão das localidades de ocorrência da língua.

A comunidade de referência corresponde a todas as localidades dentro da área de abrangência da pesquisa (destacadas pelos círculos pretos).

Logo, a área de abrangência da pesquisa coincide com a área da comunidade de referência.

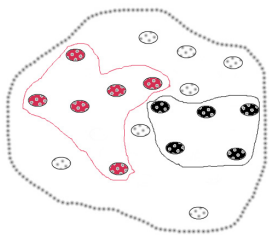


CENÁRIO 3

Inventário com uma única língua de referência

A área de abrangência da pesquisa é menor do que a extensão das localidades de ocorrência da língua.

Depois de realização de pesquisa preliminar na área de abrangência de pesquisa, tornou-se necessário especificar uma área da comunidade de referência menor do que a área de abrangência da pesquisa.

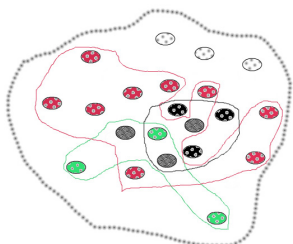


CENÁRIO 4

Inventário regional envolvendo duas línguas

Logo a área de abrangência da pesquisa contém duas áreas da comunidade de referência, uma para cada língua (em preto e vermelho).

Há ainda certos locais que o inventário não identificou como área da comunidade de referência de nenhuma delas (em branco), apesar de poder haver falantes dessas línguas nessas localidades.



CENÁRIO 5

Inventário regional envolvendo três línguas

Logo a área de abrangência da pesquisa contém três áreas da comunidade de referência, uma para cada língua (em preto, vermelho e verde).

Existem certos locais dentro da área de abrangência da pesquisa em que todas as línguas ocorrem, mas que a pesquisa não identificou como áreas de comunidades de referência de nenhuma língua (em branco).

Finalmente, há ainda certos locais que foram identificados como parte da área da comunidade de referência de mais de uma língua, de modo que nesses locais há sobreposição das áreas (em cinza).

A **ÁREA FOCAL DA PESQUISA** não foi representada nos cenários acima, pois ela não assume uma relação direta com a comunidade linguística. Ela é uma possibilidade de recorte metodológico para a produção de conhecimentos e mobilização social para a abordagem de alguma questão específica. Alguns exemplos possíveis de sua aplicação são os seguintes:

EXEMPLO 1: tomando como base a inventário do CENÁRIO 1 acima, digamos que há em apenas duas localidades uma escola de ensino básico. Suponhamos, então, que o inventário selecionou essas duas localidades onde há escolas para realizar um diagnóstico aprofundado sobre questões relacionadas ao ensino da língua, à formação de professores e pesquisa sobre alfabetização, escrita e leitura.

EXEMPLO 2: tomando com base o inventário do CENÁRIO 2 acima, digamos que somente em três localidades existam pessoas que de fato dominam certos usos linguísticos especiais da língua (p.ex. cantos antigos e diálogos cerimoniais). Para realizar a documentação dos usos especiais da língua, o inventário optou por criar uma área focal somente para este propósito, abrangendo as três localidades onde HÁ FALANTES QUE DOMINAM ESSE TIPO DE USO LINGUÍSTICO.

EXEMPLO 3: tomando com base o inventário do CENÁRIO 5, suponhamos que as localidades em cinza são de especial relevância para se investigar situações mais complexas de multi e plurilinguismo, tais como “qual língua é mais dominante em situações onde há falantes que dominam as três línguas?”. Nesse caso, essas três localidades em cinza constituem uma área focal para o aprofundamento das questões relativas ao multi e plurilinguismo.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS PARA O INVENTÁRIO

A produção de conhecimento e documentação proposta pelo Guia tem como pressuposto pensar língua como objeto, simultaneamente, de políticas públicas e do campo do patrimônio cultural, em particular, do patrimônio imaterial. Nesse sentido, ele apresenta um conjunto de temas que visam atender aos requisitos necessários para a inclusão de línguas no INDL e, ao mesmo tempo, oferece orientações em relação à produção e sistematização desses conhecimentos, considerando esses mesmos pressupostos.

Não cabe a este Guia, portanto, eleger uma metodologia específica de produção de conhecimento, nem tampouco definir um conjunto de técnicas de coleta de dados que sejam definitivas. Ao contrário, a equipe de pesquisa, tem autonomia para definir esses aspectos, de acordo com o objeto do inventário e as possibilidades concretas de realização da pesquisa. Ela deve, entretanto, considerar a natureza específica do conhecimento a ser produzido, tendo em vista sua inserção nos dois campos descritos acima.

5.1 Delimitação territorial e demográfica da pesquisa

Como mencionado no CAPÍTULO 4, a construção das categorias referentes a território e a população de um inventário se dá de forma processual e dinâmica, ao longo da pesquisa. Para o início de um projeto, entretanto, é necessário estabelecer uma definição preliminar dessas categorias, como ponto de partida. Esse processo é distinto para inventários de uma única língua e inventários regionais. Temos abaixo os principais procedimentos para essa definição.

NOS INVENTÁRIOS DE UMA ÚNICA LÍNGUA:

- Identificam-se preliminarmente as **localidades de ocorrência** da língua com base em conhecimentos prévios e fontes secundárias de informação (essas informações poderão ser checadas e revistas em campo).
- Faz-se uma **seleção desses locais**, propondo a área de abrangência da pesquisa.
- Identifica-se a **comunidade de referência** potencial entre os locais dentro da área de abrangência da pesquisa (o que poderá coincidir ou ser menor que a área de abrangência da pesquisa).
- Opcionalmente, pode-se ainda propor áreas focais da pesquisa, quando houver necessidade de aprofundamento de algum tema ou questão.

NOS INVENTÁRIOS REGIONAIS:

- Define-se inicialmente a área de abrangência da pesquisa com base numa região que abarque mais de uma língua de referência.
- Identificam-se as **localidades de ocorrência** dessas línguas dentro da área de abrangência da pesquisa.
- Dentro dessa área, identifica-se a **comunidade de referência** e seu território (cf. área da comunidade de referência) para cada língua.
- Opcionalmente, é possível propor áreas focais de **pesquisa**, quando houver necessidade de aprofundamento de algum tema ou questão relacionado tanto a uma das línguas ou a situações que são transversais a mais de uma língua.

5.2 Equipes

Com base na experiência dos projetos-piloto para o INDL, apresentamos algumas sugestões de composição de equipes para a pesquisa. Do ponto de vista da composição é importante que a equipe de pesquisa seja constituída por especialistas e membros da comunidade de falantes. A quantidade de um e de outros depende de muitos fatores, desde características da própria comunidade até as variáveis concretas de execução do projeto, como recuso financeiro e tempo. Recomendase, entretanto, que sejam incluídos, na maior quantidade possível, pesquisadores da própria comunidade linguística.

Em relação às especializações, o ideal é que a equipe seja multidisciplinar, com profissionais de diferentes áreas. É imprescindível que componham a equipe um linguista e um profissional de ciências sociais, com experiência em trabalho de campo e, preferencialmente, também em pesquisa participativa. No que se refere aos profissionais da área da linguística, é importante que ele possua experiência

em sociolinguística, geolinguística, dialetologia e/ou linguística aplicada em comunidades falantes de línguas minoritárias, bem como em documentação linguística. Do ponto de vista dos profissionais em ciências humanas, que sejam preferencialmente antropólogos, historiadores ou cientistas sociais.

A composição das equipes tanto do ponto de vista qualitativo como quantitativo varia de acordo com a abrangência do projeto e das características específicas do objeto de pesquisa. Recomenda-se, entretanto, que ela seja adequada às características da pesquisa proposta pelo INDL, considerando seu escopo, complexidade dos conhecimentos a serem produzidos e atividades previstas para documentação e mobilização social.

A EQUIPE MÍNIMA POSSÍVEL, PORTANTO, SERIA DE:

- pessoa(s) da comunidade de falantes da língua;
- um coordenador responsável pelo projeto, com experiência em trabalho de campo;
- um linguista.

É preciso ainda ressaltar que algum membro dessa equipe mínima precisa ainda ter experiência em documentação audiovisual de línguas. Embora o ideal seja que a equipe trabalhe sempre em conjunto, em alguns casos é necessário dividir as atividades ou contratar profissionais em diferentes etapas do projeto. Para a **documentação de usos da língua**, por exemplo, pode-se optar por ter uma equipe permanente no projeto unicamente dedicada às atividades de documentação, ou contratar serviços de empresas profissionais do campo audiovisual, por exemplo. Por outro lado, um **linguista** pode ser membro efetivo da equipe ou consultor dessa equipe, participando de apenas algumas etapas do projeto. O mesmo vale para a gestão financeira e para os pesquisadores de outras especialidades.

No caso de equipes constituídas dessa forma, o trabalho de coordenação geral da pesquisa assim como aquele das equipes em campo devem ser intenso e cuidadoso, pois será necessário articular o tempo e a produção das diferentes equipes e profissionais para garantir a coerência dos resultados. É importante, nesse sentido, considerar os diferentes papéis que estruturam uma equipe de pesquisa. Mesmo que a sugestão de estrutura mínima seja a de coordenador e pesquisadores, quando a abrangência do inventário é muito grande ou quando ele envolve situações ou grupos sociais muito heterogêneos é fundamental pensar em outras estruturas, mais complexas, como, por exemplo, aquelas que contemplam coordenador da pesquisa, coordenador de campo, e ainda, supervisor de pesquisa.

A participação de **membros da comunidade** de falantes na elaboração, execução e/ou gestão dos inventários geralmente pressupõe estratégias de formação e capacitação como pesquisadores. Nesse sentido, é extremamente oportuno contar com membros da comunidade linguística que ao mesmo tempo são especialistas ou estudantes da área de Letras ou de Ciências Sociais. Estes configuram um tipo de participante da pesquisa privilegiado, pois são os que, ao conjugar identi-

dade na Língua e formação acadêmica, podem futuramente contribuir de maneira substancial na gestão da(s) língua(s) de suas comunidades de origem.

No que se refere aos papéis desempenhados por membros de comunidades, podemos apontar algumas possibilidades:

- coordenador e/ou coordenador de campo
- pesquisador
- articulador
- documentarista
- consultor – tanto com relação a aspectos da produção de conhecimentos sobre a realidade linguístico-cultural e histórica do grupo social, quanto com relação a aspectos de apoio logísticos, técnicos e de mobilização social para a realização dos inventários.

Cabe ainda mencionar que a gestão de alguns projetos de inventário pressupõe uma estrutura mínima de outros profissionais, como, especialistas administrativos destinados a promover as condições operacionais para a realização da pesquisa, nas suas diferentes instâncias. Esses profissionais são particularmente relevantes para inventários regionais e para aqueles que contemplam grandes populações ou grandes extensões territoriais.

5.3 Etapas

NO TRABALHO DE PESQUISA, OS INVENTÁRIOS SÃO DIVIDIDOS EM TRÊS ETAPAS PRINCIPAIS

ETAPA INICIAL	Planejamento da pesquisa, construção do objeto e definições iniciais dos conceitos de território e população; Elaboração de plano de trabalho; Formação das equipes e capacitação; Preparação de metodologia e instrumentos de pesquisa; Mobilização inicial das comunidades de falantes; Registro da anuência ao inventário; Levantamento e qualificação de dados secundários.
ETAPA DE DESENVOLVIMENTO	Pesquisa em campo; Aplicação dos instrumentos de pesquisa: realização de entrevistas, reuniões, questionários, etc. Documentação audiovisual.

ETAPA DE CONCLUSÃO	Sistematização das informações; Reuniões de validação dos dados com as comunidades; Coleta/produção da anuência quanto à inclusão da língua no INDL; Finalização dos produtos; Elaboração das publicações; Ações devolutivas para as comunidades; Promoção e divulgação dos resultados.
--------------------	---

O fato de essas etapas estarem ordenadas em sequência não representa uma distinção rígida em termos cronológicos. Pelo contrário, espera-se que as atividades de preenchimento dos formulários e a produção e organização do acervo digital sejam estruturantes do processo de pesquisa. Em inventários de grande abrangência recomenda-se não deixar para a etapa final a realização de tais atividades, pois o acúmulo de dados e a distância temporal entre a coleta e a sua sistematização podem comprometer a qualidade dos resultados, além de sobrecarregar a equipe. É importante, ainda, que todas as etapas dos inventários, sobretudo as relativas à mobilização social, sejam documentadas por meio audiovisual e constem no relatório de pesquisa.

Embora essas orientações sejam restritas à parte técnica do projeto de inventário, cabe lembrar que a execução de projetos através de editais e outras formas de financiamento possui fluxos de gestão administrativa e financeira que precisam ser levados em conta para que o resultado final não seja comprometido.

A seguir, comentamos cada uma das etapas em maiores detalhes.

ETAPA INICIAL

A etapa inicial deve em média ter a duração de um ¼ do tempo total de um projeto de inventário. Sua função básica é de organizar equipes e comunidades com relação a um **plano de trabalho** para a execução do inventário. Para isso, espera-se que as seguintes atividades ocorram nessa etapa:

- levantamento aprofundado de fontes secundárias de informação;
- definição das metodologias de pesquisa e construção dos instrumentos que possibilitarão o levantamento das informações necessárias;
- definição do escopo da pesquisa e documentação com relação a:
 - cobertura geodemográfica da comunidade de falantes;
 - tipos de dados que serão produzidos em pesquisa de campo, os dados secundários que deverão ser atualizados e os demais dados secundários que serão utilizados;
- definição de cronograma de atividades e plano de logística;
- definição inicial das categorias de território e população.

Com relação à mobilização social, destacamos os seguintes pontos da etapa inicial:

- ampla divulgação da realização dos inventários na comunidade linguística;
- realização de reuniões para discussão do inventário e das possibilidades de metodologias e instrumentos para o trabalho de campo;
- apresentação da Política e do processo de reconhecimento da língua;
- construção da **anuência de inventário**.

Recomenda-se que aquilo que for definido na etapa inicial conste em um **plano de trabalho** acessível e seja divulgado na comunidade de falantes, bem como entre as organizações e instituições envolvidas, como instrumento de transparência e acompanhamento da execução dos inventários.

A etapa inicial deve servir também para o planejamento de instrumentos e técnicas de pesquisa para minimizar erros e garantir que o levantamento tenha a eficácia esperada. Sugere-se que nesta etapa a equipe retome cuidadosamente os objetivos da pesquisa e identifique quais elementos do roteiro temático poderão ser investigados através dos diferentes instrumentos. Por exemplo, as distintas denominações da língua de referência podem ser contempladas em uma questão do levantamento demográfico, em entrevistas com pessoas chave ou ainda em levantamentos bibliográficos. É o conhecimento da realidade da comunidade linguística que possibilita à equipe decidir quanto ao procedimento de investigação mais adequado e, assim, delinear a pesquisa, planejar as investigações, delimitando, inclusive, aquilo que se fará necessário aprofundar em campo ou a partir de fontes secundárias.

O planejamento de cada instrumento e/ou técnica a ser utilizado deve levar em conta os **dados a mensurar**, o **público-alvo da investigação** e as **possibilidades de coleta**. Listamos, abaixo, algumas perguntas que podem orientar o início do planejamento de técnicas e instrumentos de pesquisa.

- O inventário trabalhará com a comunidade linguística como um todo ou será necessário compor amostras?
- Com base nos diversos tipos de informações demandadas para compor um inventário linguístico e conhecendo o contexto e a realidade da comunidade: quais técnicas e procedimentos são mais adequados para a geração de cada um dos tipos de informações?
- A equipe contará com pesquisadores em campo? Como estes foram capacitados? São pesquisadores pertencentes à comunidade linguística ou falante da língua de referência? Caso não sejam, haverá pesquisadores ou intérpretes da comunidade acompanhando o trabalho?

É importante, também, que os pesquisadores que utilizarão instrumentos para esse tipo de produção de dados estejam familiarizados com os mesmos, preferencialmente tendo participado de sua elaboração. Caso não seja possível, sugerimos que sejam realizadas oficinas de formações para a utilização dos instrumentos.

ETAPA DE DESENVOLVIMENTO

A segunda etapa se refere aos levantamentos sociolinguísticos em campo e a documentação de usos da língua. No entanto, não há uma separação rígida entre a primeira e a segunda etapa, pois é possível que na etapa de levantamento preliminar as equipes já comecem a executar a pesquisa e a documentação.

Pesquisa e documentação de usos da língua são dimensões diferentes do processo de inventário, mas interdependentes. Durante o inventário, sempre que possível, elas devem caminhar juntas. Isso não quer dizer que tudo o que for pesquisado precisa ser documentado. Em termos de cobertura geodemográfica e utilização de dados secundários ou primários, por exemplo, a pesquisa geralmente é mais abrangente do que o escopo da documentação de usos da língua. Se a pesquisa visitou quinze localidades onde se fala a língua, não é necessário que a documentação de usos da língua seja feita para cada uma dessas localidades, por exemplo.

Com relação aos processos de mobilização social, destacamos as seguintes ações referentes à segunda etapa dos inventários:

- formação de pesquisadores da comunidade;
- engajamento da comunidade linguística nos processos de trabalho dos inventários, sobretudo na construção e realização das tarefas de campo e no acompanhamento do desenvolvimento da pesquisa.

ETAPA DE CONCLUSÃO

Essa é a etapa de sistematização dos resultados das pesquisas, produção escrita e confecção final dos produtos finais dos inventários, bem como de encerramento do projeto junto à comunidade de falantes e às organizações e instituições envolvidas. Espera-se que sejam realizadas nessa etapa as ações descritas abaixo.

- Preenchimento final dos formulários.
- Finalização dos relatórios.
- Finalização do acervo digital.
- Organização dos documentos de autorização/anuência.
- Elaboração das publicações, quando previstas.
- Finalização do processo administrativo.

Nessa etapa de finalização, sugerimos que a equipe executora do inventário possa realizar reuniões e discutir conjuntamente resultados, interpretações e a produção final do material com toda a equipe que integrou a pesquisa. Como muitas vezes é necessário o trabalho de diversos pesquisadores num mesmo projeto e a consequente divisão de tarefas, há a necessidade desses encontros para a consolidação das informações levantadas, sobretudo com a participação de membros da comunidade linguística.

Outro processo de trabalho que pode se evidenciar durante a finalização dos inventários é a tradução de materiais de/para as línguas de referência. Essa etapa de transcrições e traduções na/ para a língua de referência exige acompanhamento e, de preferência, experiência de tradução por aqueles que irão realizá-las. A tradução de uma língua não corresponde apenas à reprodução literal dos mesmos termos, mas à adaptação ao modo adequado de dizer o mesmo conteúdo na outra língua.

Outro ponto que merece destaque é o cuidado necessário com a organização dos materiais: sejam bibliográficos, arquivos audiovisuais, fotográficos, entre outros, todos devem contar com metadados e informações contextuais sobre a coleta. Na SEÇÃO 6 há sugestões para a organização dos dados digitais gerados pelos inventários.

Tendo consolidado os resultados e interpretações também é necessário realizar reuniões para apresentar as informações e discuti-las com a comunidade linguística. Essa atividade é muito importante para que a comunidade valide e se aproprie dos resultados e do próprio inventário, e possa promover ações relacionadas à promoção e/ou revitalização de sua língua. Cabe ressaltar que essa validação deve ser realizada antes da finalização dos relatórios e dos produtos, pois esse processo pode implicar mudanças consideráveis na divulgação dos resultados da pesquisa.

Com relação aos processos de mobilização social, destacamos os pontos referentes à etapa final, descritos abaixo.

- Validação da comunidade sobre os resultados apresentados.
- Construção e registro da **anuência ao reconhecimento**.
- Promoção do debate acerca de outras ações futuras.
- Seminários para divulgar os resultados dos inventários, entrega do dossiê e demais produtos.

5.4 Considerações sobre os dados da pesquisa

5.4.1 DADOS PRIMÁRIOS E DADOS SECUNDÁRIOS

Os dados que servirão de fontes de informação para os inventários são de dois tipos:

- dados primários produzidos em pesquisa de campo;
- dados secundários a partir de diferentes fontes de informação.

Recomenda-se que na pesquisa as equipes busquem um equilíbrio entre os dois tipos de dados, sempre se pautando em rigor técnico e nos princípios de qualidade descritos a seguir.

- **Atualidade:** informações mais recentes sobre o estado da arte de uma língua.
- **Confiabilidade:** informações produzidas com o devido rigor metodológico que os temas necessitam.
- **Representatividade:** dados que representem a língua e a comunidade de falantes na sua complexidade, diversidade e originalidade linguística e sociocultural.

Em geral, **pesquisas de campo** que produzam dados primários são as fontes mais atuais e tendem a ser mais confiáveis e mais representativas da realidade da língua e da comunidade de falantes, sobretudo se houve uma boa etapa inicial de levantamento de informações secundárias. Dados secundários, entretanto, podem ser tão ou mais representativos dessa realidade, dependendo do objeto e natureza da pesquisa que os gerou. Os inventários têm uma perspectiva mais horizontal com relação à produção de conhecimentos, tocando em diferentes pontos para se construir um quadro da situação de uma língua. Por outro lado, pesquisas específicas tendem a ter uma perspectiva mais vertical, realizando aprofundamento em temáticas pontuais e importantes que nem sempre são contempladas pelo inventário. O mesmo vale para as línguas que já passaram por projetos de documentação linguística, os quais tendem a ter um escopo e objetivos diferentes do que é solicitado neste inventário.

Nesse sentido, considera-se a pesquisa com dados secundário complementar àquela de dados primários e não apenas subsídio para organização e planejamento da pesquisa do inventário. Em alguns casos, pesquisas e documentações linguísticas já realizadas podem ser incorporadas à proposta do INDL, com as complementações de campo necessárias e desenvolvimento das ações de mobilização.

A pesquisa em fontes secundárias, incluindo a pesquisa bibliográfica, deve acontecer durante todo o processo de um inventário, enquanto a pesquisa de campo possui um momento mais pontual (ou vários momentos, dependendo da realidade territorial e demográfica da comunidade linguística). A construção do próprio projeto, de sua metodologia, instrumentos e plano de trabalho são subsidiados pelo trabalho de pesquisa documental, bibliográfica e em outras fontes secundárias. Salientamos esses aspectos para que não se subestime a importância desse tipo de pesquisa nos processos de inventários.

As orientações não são apenas para coletar dados secundários, mas também para qualificá-los, e selecioná-los para que sejam feitos comentários sobre as principais fontes de informação sobre uma língua. Muitas vezes as informações disponíveis em fontes secundárias sobre uma determinada língua ou comunidade linguística poderão estar desatualizadas ou parciais, necessitando de uma avaliação prévia para poderem servir de referência para os pesquisadores que atuarão em campo.

Nesse sentido, recomenda-se que os inventários privilegiem a produção de dados primários para as questões com pouca ou nenhuma cobertura em dados secundários. Quando existem dados secundários sobre certas questões, os inventários devem qualificar as informações, atualizando-as, se necessário, buscando novas informações, ou mesmo contestando as informações de dados secundários dentro dos limites dos inventários. É importante que tudo isso esteja claro nos formulários, mas, sobretudo, nos relatórios, informando os tipos de dados e os procedimentos efetuados para sua coleta ou qualificação.

A pesquisa em dados secundários potencialmente levantará uma série de documentos sobre a língua e sobre a comunidade linguística que oportunamente deverão fazer parte do acervodigital dos inventários. Esses documentos são de diversas naturezas, como fotografias, mapas, livros, folhetos, gravações em áudio, vídeo, documentos oficiais, fac-símiles de leis de oficialização etc., e atendem a diferentes itens dos campos temáticos propostos no inventário. Para integrar o acervo digital, esses documentos deverão ser digitalizados por um escâner ou mesmo por meio de fotografias digitais, a depender do seu estado de conservação, acesso, permissões de uso, etc.

5.4.2 ABRANGÊNCIA DOS DADOS

Em virtude dos desafios que os distintos padrões de tamanho e dispersão populacional impõem aos inventários, faz-se necessário que as equipes planejem com cuidado a abrangência da pesquisa. Em algumas situações a utilização de amostragens da comunidade linguística (em vez de cobertura global da população) se fará inevitável em função, principalmente, do tempo e dos custos correspondentes que seriam necessários para dar conta da totalidade da população da comunidade linguística.

Este GUIA propõe uma classificação das línguas com base em seu tamanho populacional:

- Línguas com população pequena – com 1 a 500 falantes.
- Línguas com população média – com 501 a 2000 falantes
- Línguas com população grande – com mais de 2000 falantes.

Além disso, as línguas variam de acordo com o padrão de distribuição geográfica de sua população de falantes:

CONCENTRADA EM UMA ÁREA GEOGRÁFICA: quando há uma relativa continuidade espacial entre os locais onde há falantes da língua (padrão também conhecido como ilha linguística).

DISPERSA EM ÁREAS GEOGRÁFICAS DESCONTÍNUAS: quando as localidades de ocorrência da língua estão dispersos no território, com possíveis interposições de outros grupos sociais (padrão também conhecido por *arquipélago linguístico*, envolvendo um conjunto de ilhas ou rede de comunidades dispersas).

Nos inventários que tratam de línguas de populações pequenas (até quinhentos falantes, embora esse contexto seja variável, sendo necessária uma avaliação caso a caso pelas equipes) e concentradas geograficamente, o ideal é trabalhar com a população global daquele grupo. Nesse caso, a área de pesquisa do inventário abrangeria todas as localidades de ocorrência da língua.

Para os inventários com línguas de maior população e dispersão geográfica, é recomendado uma combinação de técnicas por amostragem e levantamento por população total. Por exemplo, em uma comunidade linguística de tamanho médio, com cerca de 2000 mil falantes e concentrada geograficamente, o projeto poderá optar por levantar dados demográficos e linguísticos de toda a população, mas, com relação a informações educacionais e/ou sobre o ensino da língua, por exemplo, poderá utilizar-se de aplicação de questionários, entrevistas ou outro método com amostragens de professores e/ou profissionais da educação escolar.

O uso mais extensivo na pesquisa de amostras, ou subconjuntos da população total, é recomendado para o caso de línguas com grande população e/ou muito dispersas geograficamente. As amostras precisam ser representativas porque a partir delas se aplica o raciocínio indutivo da inferência estatística para a população total, inclusive para compreender o grau de vitalidade de uma dada língua. Para definir uma amostra representativa, estudos probabilísticos costumam basear-se em fatores como a amplitude do universo, o nível de confiança estabelecido desses dados, o erro máximo permitido (geralmente entre 3 e 5%) e a porcentagem com que as mesmas características são verificáveis no universo maior (cf. GIL, 1995).

Como exemplo, mencionamos que entre os projetos-piloto para o INDL, o Inventário da Língua Guarani Mbya, empreendido pelo Instituto de Investigação em Políticas Linguísticas (IPOL)¹⁶ estabeleceu critério próprio para o estabelecimento de amostragem do levantamento sociolinguístico. Foi realizada coleta proporcional ao número de moradores declarado pelo cacique de cada comunidade (das 69 localidades Guarani Mbya), contemplando uma média de 20 questionários por aldeia:

16. Inventário da Língua Guarani-Mbyá: Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Florianópolis: Ed. Garapuvu, 2011.

Aldeias com até 30 habitantes – 100% dos moradores entrevistados

- 31 a 50 habitantes – 50%
- 51 a 75 habitantes – 35%
- 76 a 100 habitantes – 25%
- 101 a 200 habitantes – 20%
- Acima de 200 habitantes – 10%

Pautando-se nesses critérios, são muitas as possibilidades de definição para o tamanho das amostras e a equipe deverá levar em conta as possibilidades de **representatividade** e **confiabilidade** (em relação ao universo da comunidade linguística como um todo) para definir o melhor recorte. Como possibilidades a explorar, embora não nos atenhamos detidamente a cada um desses modelos aqui, destacamos que existem diferentes modelos de amostragens, como, por exemplo, amostragem aleatória simples; sistemática; estratificada; por conglomerados; por etapas; por acessibilidade; por tipicidade; por cotas. (cf. GIL 1995, p. 93).

Dessas, a amostragem aleatória simples, por exemplo, é um “procedimento básico que consiste em elementos selecionados aleatoriamente, através de tábuas de números aleatórios. Nem sempre é fácil, pois exige a atribuição de cada elemento a um número, e despreza conhecimentos prévios que porventura o pesquisador possa ter”. A amostragem estratificada consiste na obtenção de “amostras de cada subgrupo, que pode ser proporcional, mantendo as características do grupo maior, ou não proporcional, para comparar os subgrupos”.

Cada uma dessas possibilidades de amostragens, tanto das não-probabilísticas e das probabilísticas (com escolha deliberada ou não dos elementos da amostra pelos pesquisadores), representa uma solução possível, adaptável a um contexto de pesquisa específico. O fundamental é que cada inventário linguístico, dentro das possibilidades de obtenção de informações, baseie-se nos critérios de quantidade e de qualidade para calcular o tamanho de sua(s) amostra(s), oferecendo significância estatística de seus dados.

5.4.3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

A pesquisa proposta pelo Guia contém questões e técnicas de investigação que combinam diferentes aspectos de pesquisas objetivas e interpretativas. Diversas questões propostas pelo formulário e colocadas pela realidade sociolinguística dos inventários requerem que dados quantitativos e qualitativos sejam integrados e comparados, de modo que as pesquisas dos inventários devem saber combinar a produção, análise e interpretação de dados quantitativos e qualitativos.

Em regra, o levantamento demográfico, os questionários individuais e certos elementos da pesquisa em fontes secundários nos fornecem dados de natureza objetiva-quantitativa. Alguns desses dados requerem análise mais simples por se

tratarem de uma única variável. Por exemplo, o “número de falantes de uma língua” é a soma de todos os indivíduos identificados como falantes da língua em questionários e levantamentos demográficos. No entanto, outros dados requerem um cruzamento de diferentes variáveis, como, por exemplo, a “taxa de transmissão da língua”, em que idade e proficiência linguística devem estar correlacionados.

Já os dados provenientes de entrevistas, reuniões e observação etnográfica são essencialmente de natureza interpretativa-qualitativa. São fontes de dados essenciais para se responder questões subjetivas à comunidade linguística, como sua história oral, atitudes sobre as línguas, etc. Por outro lado, a análise de dados interpretativo-qualitativos pode ser utilizada para responder a questões objetivas para as quais não há dados objetivos. Por exemplo, o item do formulário grau de transmissão da língua pode ser respondido de duas maneiras: de modo interpretativo com base em evidências diversas, ou combinando-se uma análise objetiva da taxa de transmissão da língua com a interpretação de quem analisa.

Uma mesma questão pode ser abordada por diferentes técnicas. Vejamos por exemplo a seguinte questão do formulário “Qual língua é mais comumente aprendida como primeira língua?”. Caso tenha sido realizada uma extensa pesquisa com questionários individuais, essa questão pode ser respondida com base em um dado estatístico, considerando a proporção de dados individuais. Por outro lado, ela pode ser igualmente respondida com base em entrevistas com pessoas chave da comunidade, a partir do que essas pessoas indicaram, ou mesmo a partir de observações etnográficas, por exemplo. Da mesma forma, “proficiência linguística” pode ser investigada através de diferentes tipos de questionários individuais, como, por exemplo, questionários para estudantes, questionários para rádios e questionários por correio ou internet – como o fez a equipe do projeto piloto da língua Talian. A escolha por um método é decisão que cabe às equipes, respaldada pelo conhecimento da realidade em questão.

O ideal é que dados interpretativo-qualitativos sejam complementares a dados objetivo-quantitativos, visando a uma análise que ofereça uma interpretação complexa de diferentes fenômenos. Várias questões do formulário, por exemplo, requerem esse tipo de análise, a saber:

ITEM	MÓDULO
Síntese das características da área de abrangência da pesquisa.	pesquisa
Línguas em contato.	pesquisa
Percebe-se que a língua possa estar em maior ou menor risco em diferentes locais dentro de seu território?	território
Detalhamento sobre o território e os diferentes locais onde a língua é falada.	TERRITÓRIO
Língua e variedades.	língua

Contexto escolar. identificar a situação atual das escolas.	língua
Caracterização da comunidade linguística.	comunidade
Quais são as línguas mais comuns que um indivíduo plurilíngue domina.	diagnóstico sociolinguístico
Grau de transmissão da língua.	diagnóstico sociolinguístico
Qual língua é mais frequentemente usada nas situações cotidianas na comunidade?	diagnóstico sociolinguístico
Dinâmica dos usos da língua de referência.	diagnóstico sociolinguístico
Atitudes linguísticas na comunidade.	diagnóstico sociolinguístico
Língua(s) de maior importância(s).	diagnóstico sociolinguístico
Vitalidade linguística.	diagnóstico sociolinguístico

5.5 Técnicas de pesquisa

Com relação aos métodos de pesquisa, o primeiro tópico se refere à abrangência e profundidade da produção de dados da pesquisa, tema que se relaciona com os tipos de questões colocadas pela equipe durante o processo de inventário. São três os tipos de questões principais para a pesquisa:

- **objetivas** (p.ex. “quantas línguas são faladas na comunidade linguística”),
- **interpretativas** (p.ex. “quais são os principais fatores de ameaça à língua?”)
- **deliberativas** (p.ex. “qual a denominação da língua a ser utilizada para o reconhecimento?”)

Para responder a essas questões, sugerimos as seguintes possibilidades de técnicas de pesquisa:

- questionários individuais
- entrevistas
- observação etnográfica
- reuniões

A relação entre tipos de questões e técnicas de pesquisa pode ser entendida pelo quadro abaixo: (onde “+++” indica o maior grau de adequação de cada técnica ao tipo de questão de proposta e “+”, o menor grau de adequação):

TIPOS DE QUESTÕES	TÉCNICAS DE PESQUISA			
	QUESTIONÁRIOS INDIVIDUAIS	ENTREVISTAS	REUNIÕES	OBSERVAÇÃO ETNOGRÁFICA

objetivas	+++	++	++	+
interpretativas	+	+++	+++	+++
deliberativas	+	++	+++	+

A classificação dos níveis de adequação das técnicas e dos tipos de questões visa unicamente a fornecer às equipes subsídios para organizar suas pesquisas e, caso não seja possível aplicar uma das técnicas, orientar quais outras técnicas seriam mais apropriadas. Não há apenas uma maneira de se produzir informações para as diferentes questões propostas no escopo temático do INDL e, por isso, não há uma definição de métodos rígidos e universais para todas as situações possíveis. Trabalha-se, entretanto, com a perspectiva de padronização e comparabilidade dos *resultados* das pesquisas, entendendo que a produção de conhecimentos pode ocorrer de forma mais flexível. Por essa razão, é muito importante que haja no relatório do inventário uma ampla discussão sobre a elaboração e aplicação dos métodos de pesquisa.

Certas técnicas de pesquisa são importantes para coletar informações diretamente com indivíduos. Outras técnicas de pesquisa focam na comunidade, ou seja, em grupos sociais mais amplos em que o indivíduo deixa de ser uma variável primária.

A escolha das melhores técnicas de pesquisa deve variar conforme as características de cada inventário e dos enfoques da pesquisa. Uma diferença entre inventário básico e inventário amplo é que este último deve ser aplicado utilizando-se técnicas de pesquisa com indivíduos, sobretudo com ampla aplicação de questionários individuais, para poder responder de forma mais objetiva as questões sociolinguísticas propostas. Os inventários básicos podem ser desenvolvidos com uma pesquisa baseada mais em fontes secundárias e em técnicas de pesquisa com a comunidade. Nas seções abaixo explicaremos cada uma dessas técnicas de pesquisa.

5.5.1 TÉCNICAS DE PESQUISA COM INDIVÍDUOS

Não se pode fazer um inventário sem considerar os indivíduos como uma dimensão importante do processo. Um indivíduo não está atrelado somente a uma língua, nem somente a uma comunidade linguística, pois ele/ela pode ser bilíngue ou multilíngue, e também participar do universo social de duas ou mais comunidades linguísticas – sobretudo em áreas culturais mais complexas. Por isso, é imprescindível um trabalho consistente de documentação das expressões linguísticas dos indivíduos, de modo que esses dados estejam disponíveis para inventários de outras línguas.

A pesquisa com indivíduos se dá com base em questionários aplicados para pessoas individualmente, ou por domicílio/família. Uma modalidade mais completa de questionários que tratamos aqui é o levantamento demográfico. Outra técnica importante é o uso de entrevistas.

Tanto para entrevistas quanto para os questionários, sugere-se uma técnica em três tempos (seguindo proposta desenvolvida por Harald Thun [Dreischritt-methode] e amplamente aplicada por Cléo Altenhofen, em suas pesquisas sobre línguas de imigração):

- **Perguntar** (p.ex. quais línguas você fala? / Como chama a sua língua?)
- **Insistir** (p.ex. você fala outras línguas? / Há outros nomes para sua língua?)
- **Sugerir** (p.ex. você fala Português? / Você chama sua língua de...?)

Essa técnica possibilita um “diálogo aberto” com os falantes que, desta forma, se veem estimulados a exprimir comentários metalinguísticos (sobre língua), destacando aspectos da sua fala e da de outros. Comentários como “meu avô falava assim”, ou “na localidade x falam assim (ou diferente)” são comuns e ajudam a reconstruir o quadro histórico e social da língua. De modo geral, essa técnica em três tempos costuma ser aplicada, nas entrevistas, combinada com a pluralidade de informantes, em que mais de um falante é entrevistado ao mesmo tempo. Com isso, garante-se maior representatividade dos dados, além de captar um espectro mais amplo de aspectos da língua, uma vez que os falantes entrevistados negociam entre si os significados de cada dado sobre a língua.

Antes de discutirmos as técnicas de pesquisa, vejamos um conjunto de variáveis sociolinguísticas que recomendamos para os inventários.

Algumas variáveis sociolinguísticas

Alguns indicadores demográficos são padronizados para todas as comunidades linguísticas, enquanto outros deverão ser escolhidos pelas equipes executoras dos inventários de acordo com as particularidades da realidade sociolinguística em que trabalham. Há uma série de outros indicadores possíveis que as equipes podem definir como pertinentes a uma determinada comunidade linguística.

LÍNGUAS E VARIÁVEIS RELACIONADAS

Os questionários devem perguntar que língua(s) as pessoas falam. Essa pergunta é fundamental para se calcular o número de falantes das línguas e o multilinguismo na comunidade. No entanto, é importante que essa questão seja acompanhada, a depender do nível de aprofundamento do inventário (se básico ou amplo), das seguintes questões:

- Aferição da **proficiência** dos indivíduos no uso oral/gestual e escrito da(s) língua(s);
- Questões sobre a **aquisição** da língua, se foi como primeira ou segunda língua, por exemplo.
- Para indivíduos bi- ou multilíngues: saber qual a língua usada com maior **frequência**; os **contextos sociais** em que os indivíduos tendem a usar as diferentes línguas.
- Em qual língua se deu / se dá a alfabetização.
- As **atitudes** dos indivíduos para com as diferentes línguas em sua comunidade.

FAIXA ETÁRIA OU IDADE

Sugerimos cinco categorias geracionais para abarcar a variável idade: **criança, jovem, adulto I, adulto II e idoso**. As cinco categorias são um detalhamento do modelo de três gerações proposto como temporalidade básica para o reconhecimento das línguas pelo INDL e usado em pesquisas sociolinguísticas: 1ª geração 0-25 anos, 2ª geração 26-50 anos e 3ª geração + 50 anos. Optamos por fazer um detalhamento na 1ª geração, reconhecendo duas fases **criança e jovem**. A 2ª geração foi também desmembrada em duas, **adulto I e adulto II**, avançando sobre a terceira geração que agora se limita a indivíduos **idosos**. Um maior detalhamento das gerações favorece uma amostragem mais matizada da variação sociolinguística nas gerações mais jovens, o que é fundamental para a pesquisa sobre a situação de vitalidade das línguas.

A especificação das cinco categorias pode seguir uma lógica numérica ou sociocultural. Como lógica numérica, listamos as faixas etárias recomendadas para a pesquisa.

RECOMENDADO	FAIXAS ETÁRIAS DO INDL
0-12 anos	criança
13-25 anos	jovem
26-40 anos	adulto I
41-60 anos	adulto II
+60 anos	idoso

Como lógica não numérica, o padrão são os fenômenos socioculturais próprios de uma comunidade linguística. Deve ser usada sempre que a idade numérica dos indivíduos não seja precisa. O quadro abaixo ilustra essa possibilidade:

EQUIPE Z	FAIXAS ETÁRIAS DO INDL
até a puberdade	criança
após puberdade	jovem
após se casar	adulto I
após o primeiro filho se casar	adulto II
pessoa com netos	idoso

ASCENDÊNCIA

Os levantamentos demográficos por indivíduos devem produzir informações para no mínimo três gerações. Idealmente, os mesmos tipos de informações produzidas sobre um indivíduo devem ser produzidos para a geração ascendente e descendente. Essas informações são:

- o indivíduo entrevistado (ego)
- uma geração acima do indivíduo (ego+1)
- uma geração abaixo do indivíduo (ego-1)

Em situações sociolinguísticas mais complexas recomenda-se o uso de quatro gerações, acrescentando-se ego+2.

SEXO

Propõe-se a identificação do sexo dos indivíduos como masculino e feminino. Caso as equipes optem pela categoria de gênero e proponham, desse modo, outras categorias, isso deverá estar explicitado e justificado no relatório. As adequações entre as categorias devem ser realizadas de forma coerente.

RESIDÊNCIA E FAMÍLIA

O local de residência é um indicador de suma importância para se produzir mapas de localidades de ocorrência das línguas e do território da língua de referência. Identificar o número de pessoas e os tipos de relações sociais entre elas é também algo fundamental para se investigar os usos linguísticos dentro do lar, o multilinguismo, a composição étnica da comunidade linguística, etc. Para cada pessoa na residência, deve-se buscar um conjunto igual de informações sobre variáveis demográficas e sociolinguísticas.

Esse item pode ainda ser desenvolvido numa dimensão histórica a partir de questões como:

- local de nascimento;
- locais de residência anteriores;
- casamentos anteriores para os indivíduos;
- pessoas que já moraram na residência.

Uma dimensão histórica sobre as pessoas da residência é importante para se investigar tendências migratórias na comunidade, relações com outros grupos sociais dentro e fora das comunidades, bem como se aprofundar em questões mais gerais relativas ao multilinguismo.

OUTROS TIPOS DE VARIÁVEIS DEMOGRÁFICAS

As equipes executoras dos inventários podem propor outros tipos de variáveis demográficas sempre que necessário para se produzir um diagnóstico sociolinguístico mais completo da comunidade linguística. De acordo com os padrões culturais e de organização social da comunidade, há diferentes tipos de variáveis que podem ser exploradas, tais como as indicadas abaixo.

- **Escolaridade** – recomendado para os inventários em sociedades escolarizadas.
- **Etnia** – sobretudo para comunidades indígenas e de imigração.
- **Religião** – sobretudo quando se observa que há diferenças nos padrões de usos linguísticos de acordo com a religião de grupos sociais de uma comunidade.
- **Profissão e Classe socioeconômica** – sobretudo para comunidades linguísticas com divisões sociais marcadas por divisões no sistema produtivo, poder aquisitivo, acesso a bens e serviços públicos e privados, etc.
- **Clãs ou subgrupos** – para grupos indígenas com organizações sociais mais complexas, bem como para outros tipos de comunidades nas quais se possa reconhecer subgrupos culturais com práticas linguísticas diferenciadas.

Questionários

Questionários contemplam, em oposição às entrevistas, questões mais objetivas e que podem ser fechadas ou abertas. Esses instrumentos possibilitam uma sistematização mais fácil e rápida das informações em planilhas ou bases de dados que possam gerar análises quantitativas e cruzamento de variáveis, por isso sua utilização é recomendada para o levantamento de informações de natureza sociolinguística que se fizerem necessários.

A pergunta “Quais são os temas da pesquisa e as informações necessárias que podem ser levantadas através de questionários?” deve estar sempre no horizonte da equipe que planeja a pesquisa para um inventário linguístico: **o que** se quer conhecer, **por que** se quer saber, **o que será feito** com essa informação (de que modo será sistematizada e apresentada), **como** será levantada tal informação. Isso permite a coerência do processo e a consistência dos dados levantados.

Além disso, o planejamento deve levar em conta com qual **público** cada tipo de informação será levantada. É possível que os pesquisadores elaborem diferentes questionários (ou instrumentos diversificados) aplicáveis a diferentes públicos dentro das comunidades linguística, direcionados conforme o tipo de informação que se espera obter em cada uma das situações: um questionário específico aos professores, por exemplo, que identifique aspectos sobre o ensino (ou não) da língua de referência nas escolas é uma boa possibilidade.

Institutos profissionais de pesquisa (como o IBGE) costumam incluir perguntas de cobertura, além das perguntas do próprio questionário, variando os termos e algumas vezes a sintaxe das questões para que o pesquisador tenha opções em campo e consiga obter a informação desejada através de diferentes formulações de perguntas ou termos.

Caso a aplicação do questionário seja acompanhada por um pesquisador, a orientação é a de que esse indivíduo esteja familiarizado com o instrumento, tendo passado pela sua construção (situação ideal) ou por algum tipo de formação sobre o tipo de informação que se busca obter com esse instrumento. Além disso, há que se considerar a possibilidade de que esses pesquisadores sejam falantes da língua de referência ou mesmo estejam acompanhados por falantes intérpretes.

No caso de o instrumento ser diretamente respondido pelo informante, sem acompanhamento de pesquisadores, há a necessidade de que as questões sejam claras e objetivas para evitar incompreensões dos termos e da formulação dos enunciados. Além disso, em se tratando de levantamentos de áreas bi ou multilíngues, a equipe deve levar em conta a possibilidade/necessidade de os questionários (estendendo-se recomendação aos outros instrumentos) estarem na língua de referência ou na língua falada pela maioria da população, no caso de serem respondidos diretamente pelos informantes.

Para organizar a informação e facilitar o processo de preenchimento do questionário, um formato bastante sugerido e praticado é a separação de blocos temáticos, de modo que as questões que possuam semelhanças sejam realizadas num mesmo momento (vide questionários de Censo do IBGE).

Como todo instrumento, é fundamental que haja testes com o questionário em pequenos grupos antes da aplicação global do instrumento junto à comunidade linguística. Esse procedimento é importante porque a equipe poderá avaliar o desempenho do instrumento e realizar, em tempo, a correção de possíveis falhas (como ambiguidades e respostas lacônicas, por exemplo).

No **Suplemento Metodológico**, apresentamos alguns exemplos de questionários produzidos pelos projetos-piloto do INDL.

Tipos de questões em um questionário

Existem em geral três tipos básicos de questões em um questionário, como se pode ver abaixo.

1. **Múltipla escolha:** são apresentadas diferentes opções para se responder a uma pergunta. O questionário pode pedir que o entrevistado escolha uma entre várias respostas, ou permitir que ele escolha mais de uma. Por exemplo:

Com quem você costuma falar na sua língua?

- Familiares
- Amigos e Vizinhos
- Com ninguém

2. **Questão dicotômica:** similar à múltipla escolha, porém há apenas duas respostas possíveis e o entrevistado deve escolher apenas uma. As respostas devem apresentar dois pólos opostos sobre um mesmo fato, por exemplo:

Você concorda que deveria haver mais horas para o estudo da língua nas escolas?

- Sim
- Não

3. **Escalar:** perguntas cuja resposta implica na hierarquização de certas possibilidades. Um modelo recorrente é quando se pede que o entrevistado classifique o seu ponto de vista dentro de uma escala, por exemplo:

As famílias deveriam receber incentivo financeiro para ensinar a língua dentro de casa.

- Concordo plenamente
- Concordo parcialmente
- Discordo parcialmente
- Discordo plenamente

Outro modelo é quando se pede que o entrevistado hierarquize um conjunto de afirmações. Por exemplo:

Quais ações a prefeitura deveria apoiar para valorizar a língua? (liste as duas mais importantes em sua opinião).

- formar professores falantes nativos
- apoiar publicações na língua
- criar pré-escolas monolíngues

4. **Resposta livre:** o entrevistado responde livremente a uma pergunta escrita pelo entrevistador. Algumas perguntas são mais objetivas, por exemplo, “Qual o nome da sua língua?” ou “Quando você aprendeu a escrever?”. Outras perguntas podem ser mais abertas, por exemplo: “qual língua você gosta mais de falar? Por quê?”

Levantamento demográfico

Os inventários amplos somente podem ser realizados tendo como base um levantamento demográfico da comunidade linguística. Por levantamento demográfico entendemos a aplicação de questionários individuais de modo sistemático para uma parte significativa da população no território de uma língua de referência. Esses levantamentos podem ser feitos a partir de um questionário universal, unificado, ou a partir de diferentes questionários. Esse levantamento pode ser um censo linguístico, mas pode ser entendido como algo além de um censo, pois pode ser feito por diferentes instrumentos e tratar de questões mais heterogêneas do que geralmente se trabalha em um censo.

No Suplemento Metodológico, encontra-se uma planilha para levantamentos demográficos dos inventários como sugestão de organização e sistematização das principais variáveis sociolinguísticas levantadas pelos inventários. Para a planilha, foram selecionadas variáveis com características mais “universais” para grupos de línguas com características geodemográficas distintas. É importante, entretanto, que os inventários incluam nas pesquisas e na referida planilha de resultados todas aquelas variáveis que forem consideradas pertinentes e representativas para demonstrar algum aspecto específico de cada uma das línguas de referência. Na planilha estão disponibilizados também os tipos de cruzamentos de dados necessários para se responder a certas questões dos formulários. Devemos salientar que essa planilha é fornecida a título de exemplificação, de modo que as equipes possam optar por utilizá-la ou não.

Entrevistas

Entrevista diferencia-se de questionário por ser uma técnica que permite a interação do pesquisador com o pesquisado, possibilitando que o entrevistado discorra sobre itens que lhe são questionados ou, nas chamadas *entrevistas não-diretivas*, o entrevistado pode responder mais livremente.

Para os inventários, sugerimos que as equipes trabalhem com entrevistas estruturadas ou semiestruturadas, ou seja, com questões previamente elaboradas em um roteiro, de modo a garantir que os temas previstos sejam efetivamente abordados nas entrevistas. O planejamento prévio também permite a elaboração de estratégias variadas para se chegar à informação desejada porque, em muitos casos, a pergunta precisa ser refeita ou outras questões de cobertura precisam ser aplicadas de modo a garantir a compreensão do entrevistado sobre aquele tema.

Embora o melhor método para categorizar informações seja o questionário, a partir de entrevistas estruturadas também é possível obter respostas categorizáveis que atendam às especificidades e necessidades de cada inventário – essa é outra vantagem da elaboração prévia de roteiros para entrevistas. Salientamos, no entanto, que os pesquisadores têm autonomia para selecionar o melhor método e que entrevistas não estruturadas, como a gravação de relatos de história de vida

ou mesmo um diálogo entre pesquisador e pesquisado, também podem oferecer material muito pertinente para a construção das análises de características socio-culturais das comunidades linguísticas.

Como a proposta das entrevistas é que os sujeitos discorram livremente sobre as questões, não é interessante que o entrevistador registre apenas por escrito o conteúdo da fala, mas sim que seja feita uma documentação audiovisual. A utilização desse tipo de técnica é mais trabalhosa, portanto. A manipulação dos registros posteriormente à realização de entrevistas demanda escutá-las novamente, realizar transcrição de trechos ou da íntegra e, eventualmente, também traduzi-las.

Por esse motivo, a utilização de entrevistas não é aconselhável para contemplar todo o universo da pesquisa ou em grandes escalas, mas sim para levantamentos de caráter qualitativo e para obtenção de informações específicas, com pessoas chave da comunidade linguística (entre elas lideranças, falantes de referência, professores, etc.). Questões relativas a atitudes linguísticas, por exemplo, podem ser contempladas em entrevistas, uma vez que dentre os objetivos do método está o de identificar o que os indivíduos pensam, sabem, compreendem e fazem.

Algumas entrevistas possuem um significado cultural de maior destaque, seja pela natureza dos temas das entrevistas, seja pela relevância da pessoa entrevistada para a comunidade linguística e língua de referência. Por essa razão é desejável que essas entrevistas mais significativas sejam gravadas em vídeo na língua de referência do inventário e posteriormente editadas seguindo os procedimentos padrão para o registro dos usos sociais da língua (ver seção 6). Abaixo apresentamos alguns temas possíveis das entrevistas e sua correspondência para itens específicos dos campos temáticos.

- História Oral da comunidade linguística (tema **Historicidade**).
- Explicações sobre usos especiais da língua (tema **Usos linguísticos**).
- Explicações sobre termos de autodenominação e heterônimos para o grupo social e para a língua de referência (tema **Denominações**).
- Atitudes e representações com relação à língua.
- Discussão sobre **ações de salvaguarda** para a língua.

Além dos pontos acima, sugere-se que os inventários produzam “retratos biográficos” de certos membros da comunidade linguística. Esses retratos seriam gravados em vídeo e conteriam uma curta autoapresentação dos falantes, de sua história de vida e de seu contexto sociocultural. No Suplemento Metodológico, disponibilizamos alguns roteiros de entrevistas usados pelos projetos-piloto do INDL.

5.5.2 TÉCNICAS DE PESQUISA COM A COMUNIDADE

As técnicas de pesquisa referidas como **observação etnográfica** e **reuniões** são importantes quando se tem a necessidade de se investigar coletividades sem um foco no indivíduo. Observação etnográfica é importante para todas as questões relativas à investigação do comportamento sociolinguístico e cultural da comunidade. Reuniões são recomendadas sempre que é necessária a elaboração coletiva de certos conhecimentos ou deliberação coletiva sobre certas problemáticas (p.ex. denominação da língua para o reconhecimento).

De modo a reafirmar a necessidade do trabalho conjunto com a comunidade linguística, quando não for ela mesma a proponente do inventário, destacamos, por exemplo, que com relação à produção de conhecimentos, dentre as temáticas apresentadas no VOLUME 2, há aqueles para as quais a mobilização social é um componente indispensável, tais como:

- Denominação para o reconhecimento
- História oral
- Situações de uso da língua
- Atitudes e representações
- Língua e variedades
- Educação escolar
- Demandas para a salvaguarda da língua
- Falantes de referência

Oficinas são os procedimentos mais comuns para a capacitação de pesquisadores locais. Essas capacitações devem ocorrer na etapa inicial ou de desenvolvimento dos inventários. É muito importante que os pesquisadores comunitários sejam pessoas mais familiarizadas com o universo da escrita.

É desejável que haja documentação em fotos e clipes de vídeo que documentem o próprio processo de realização dos inventários. Esses registros devem abranger as principais etapas e atividades, sobretudo aquelas de caráter coletivo, como reuniões, oficinas, rodas de conversa, entre outros. Sempre que essas atividades produzirem situações de relevância para o registro de usos sociais da língua, recomenda-se que elas sejam gravadas em vídeo e editadas (por completo ou em partes mais significativas) conforme o padrão de edição delineado na seção 6.1.4.

Observação etnográfica

A pesquisa etnográfica proveniente do campo da antropologia consiste na vivência e na tentativa de compreensão cotidiana de processos ou objetos através da inserção do pesquisador naquela realidade. Não se propõe aos inventários uma “pesquisa etnográfica”, mas sim que possam se utilizar de técnicas e métodos,

caso seja condizente com as possibilidades e especificidades de cada projeto, para realizar observações e relatos pautados na etnografia, ou seja, em observações de *cunho etnográfico*.

A observação etnográfica permite a abordagem de questões não diretamente investigadas por questionários e entrevistas. Isso é relevante, sobretudo, para questões comportamentais, que envolvam hábitos e rotinas numa comunidade. Faz-se necessário assim que a observação etnográfica possa se estender por semanas e meses, o que novamente a difere das entrevistas e questionários. Pelo tipo de questões a serem contempladas pela observação etnográfica e sua extensão temporal, é sempre oportuno que ela possa ser realizada por pesquisadores oriundos da comunidade linguística.

Em todo caso, sugerimos a elaboração de roteiros observacionais para os pesquisadores que atuarão nessas atividades. Esses roteiros devem ser baseados na seleção dos itens contemplados na temática do INDL (cf. VOLUME 2). No Suplemento Metodológico, disponibilizamos os questionários de observação etnográfica elaborado pelo projeto-piloto da língua Asurini do Trocará.

Reuniões

A realização de encontros ou reuniões com a comunidade linguística, além de ser um fator fundamental relativo ao eixo de mobilização social dos inventários, ainda pode funcionar como um espaço rico para o levantamento de informações para os inventários. Por um lado, uma reunião pode funcionar de modo prático para se realizar entrevistas e aplicar questionários, por exemplo. Por outro, a própria reunião deve ser vista como um fórum ímpar de produção de conhecimentos, em que a presença de diversos indivíduos é algo proveitoso e até mesmo necessário. Ainda mais importante é o papel das reuniões para se deliberar sobre questões relacionadas aos inventários, como no caso da determinação do nome para reconhecimento da língua.

Sugere-se que esses momentos sejam planejados previamente e os membros convidados com antecedência. Deve-se estar atento, no convite aos participantes, para as dinâmicas locais da comunidade, os papéis sociais e hierárquicos a partir dos quais ela se estrutura, procurando-se incluir representantes de todos os grupos existentes. Além disso, mostra-se muito relevante realizar registros em áudio e vídeo dessas oportunidades, quando possível.

Atores na comunidade de especial relevância para a pesquisa

No inventário, certas pessoas numa comunidade linguística têm relevância especial para a pesquisa. Abaixo, apresentamos um sumário de quem são elas:

PESSOAS CHAVE

Pessoas a serem entrevistadas para coleta de boa parte dos dados qualitativos em campo, realização de reuniões comunitárias e complementação dos dados de levantamentos demográficos. Eles são cruciais para a produção de dados que sejam representativos da visão da comunidade linguística sobre sua língua e para a organização geral dos inventários.

PESQUISADORES COMUNITÁRIOS

Pessoas essenciais para a execução da pesquisa dos inventários, sobretudo para os levantamentos demográficos, documentação de usos sociais da língua e interpretação qualitativa dos dados. Podem ser pesquisadores falantes, ou não falantes, dependendo da especificidade do objeto da pesquisa. A grande maioria dos projetos-piloto do INDL utilizaram pesquisadores locais para ajudar na aplicação de questionários individuais e elaboração dos instrumentos de pesquisa.

O projeto Nahukwa-Matiou foi especial por seu foco na documentação linguística, largamente realizada por pesquisadores indígenas. O projeto-piloto da língua Asuriní do Tocantins, seguindo o instrumental elaborado pela linguista Terezinha Maher (cf. MAHER 2008) em sua atuação junto a professores indígenas no Acre, destacou-se entre os demais por fornecer um instrumental diversificado para os pesquisadores comunitários, desde roteiros de observação etnográfica a questionários e atividades de entrevistas. O projeto Talian teve destaque pela presença de pesquisadores comunitários na coordenação do inventário¹⁷.

17. Inventário da diversidade Cultural da Imigração Italiana: o Talian e a culinária. IPHAN/Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2010.

ACERVO DIGITAL E DOCUMENTAÇÃO LINGUÍSTICA

Nesta seção são apresentados os princípios, técnicas e procedimentos para a documentação da língua visando à produção do acervo digital. Compreende-se acervo digital como o conjunto de documentos sobre a língua (gerados durante a pesquisa ou coletados em outros acervos) que seja passível de apresentação em suporte digital. Ou seja, neste escopo encontram-se desde registros audiovisuais até produções textuais digitalizadas, incluindo-se fotografias, gravações de áudio, entre outros.

Abaixo sintetizamos os diversos produtos tratados nesse volume e no VOLUME 2 do Guia que podem ser integrados ao acervo digital.

ITEM	OBSERVAÇÕES	OBRIGATORIEDADE
Documentação audiovisual de usos sociais da língua	Legendas em português 15 minutos de gravações contínuas ou em clipes para inventários amplos; ou 10 minutos para inventários básicos.	Obrigatório.
Lista de Swadesh de 100 palavras		Obrigatório
Mapas e coordenadas geográficas	Área de abrangência da pesquisa; Área da comunidade de referência	Obrigatório
Comprovação de anuência ao inventário e ao reconhecimento	Somente quando as anuências tenham sido registradas em formato audiovisual	Obrigatório
Amostras de escrita na língua		Obrigatório apenas para o inventário amplo
Documentação audiovisual das localidades onde se fala a língua	Documentação sonora, fotográfica e audiovisual	Opcional
Documentação audiovisual de entrevistas com falantes de referência	Documentação sonora, fotográfica e audiovisual	Opcional

Documentação audiovisual das atividades de mobilização da comunidade, de construção de anuência e de validação dos dados	Documentação sonora, fotográfica e audiovisual	Opcional – recomendado para demonstração do processo de construção de anuência.
Documentos digitalizados	Documentos de co-oficialização, patrimonialização ou outros marcos legais de relevância para a língua. Publicações e outros documentos produzidos na e sobre a língua. Fotografias e gravações várias sobre a língua e a comunidade linguística.	Opcional

6.1 Documentação de usos sociais da língua

A documentação de usos sociais das línguas pelos inventários se apoia largamente no campo da *Documentação Linguística*. Nas últimas décadas, esse campo veio a ser reconhecido como uma área da linguística com objetivos e metodologias específicos, visando à documentação audiovisual de formas variadas de usos de uma língua, produção de informações com anotações mínimas sobre as amostras (ao menos transcrição e tradução) e seu armazenamento apropriado em acervos digitais multifuncionais. Cada vez mais se reconhece que a documentação linguística tem um caráter prático ao subsidiar ações para garantir a sustentabilidade das línguas, bem como para produzir novos conhecimentos científicos de forma interdisciplinar.

A *documentação linguística* aqui proposta parte do campo da linguística, mas adquire algumas características particulares devido à natureza própria dos inventários, como veremos a seguir.

Para maiores detalhes sobre o que é documentação linguística, sugerimos as seguintes referências cf. Gipper et. al. 2006; Drude 2006; site PRODOCLIN <http://doc.museudoindio.gov.br/prodoclin/>, site do Museu Goeldi <http://saturno.museu-goeldi.br/lingmpeg/portal/>.

6.1.1 O QUÊ DOCUMENTAR?

Documentar amostras de uso de uma língua não deve ser visto como uma meta exaustiva, até porque documentar uma língua à exaustão é algo impossível. Antes, documentar os usos de uma língua deve ser visto como um processo seletivo, ou seja, equipes e comunidades linguísticas devem saber escolher muito bem o quê e como documentar os usos da língua.

Por isso, documentar uma língua exige um conhecimento etnográfico dos usos linguísticos por uma sociedade. Para a documentação linguística é importante termos amostras tanto da língua em usos sociais cotidianos quanto em usos sociais especiais.

Existem dois princípios fundamentais para determinar o que uma documentação linguística deve abranger. São eles:

- **DIVERSIDADE DE USOS LINGÜÍSTICOS:** usos da língua em diferentes situações sociais cotidianas, praticadas por diferentes tipos de pessoas da comunidade, utilizando-se tipos textuais diversos como diálogos, narrativas, instruções, comandos, etc.
- **RELEVÂNCIA CULTURAL:** usos linguísticos que ilustram a relação entre língua e cultura, sobretudo os usos linguístico-culturais especiais, atribuídos de valor estético, simbólico e/ou social pela comunidade.

Ressaltamos que a documentação linguística não está focada na documentação de usos “puros” das línguas de referência, sobretudo no que toca aos usos sociais cotidianos da língua. Não se espera que os falantes se utilizem apenas da língua de referência ao contrário, é natural que eles se utilizem de outras línguas em sua comunidade, conforme a dinâmica do multilinguismo em seu contexto social.

O tempo total do conjunto de amostras que devem compor o acervo digital da língua deve ser maior do que 15 (quinze) minutos de áudio e vídeo para inventários amplos, e de 10 (dez) minutos para os inventários básicos. Essas amostras podem estar num único vídeo ou em diferentes cliques, e estarem editadas conforme descrito no **Suplemento Metodológico** deste Guia.

Ressaltamos que os itens abaixo, referentes a diferentes temáticas da pesquisa, também contam como documentação de usos sociais da língua e, portanto, atendem ao que se pede para o produto final da documentação linguística. São eles:

- Registro em vídeo de entrevistas com membros das comunidades linguísticas (sobretudo os falantes de referência).
- Registro em vídeos de reuniões e outras atividades relativas aos trabalhos dos inventários.

Notamos que algumas línguas podem já contar com acervos pré-existentes de documentação linguística. Se esses acervos atendem às questões fundamentais discutidas nessa seção, eles podem ser incluídos como parte do produto de documentação linguística do INDL.

6.1.2 COMO DOCUMENTAR?

Duas questões de método são fundamentais para organizar a documentação de usos sociais das línguas:

- a participação de membros das comunidades linguísticas na equipe de documentaristas (ou seja, **pesquisadores-comunitários**)
- a produção de conhecimentos relativos ao tema **Usos linguísticos** (VOLUME 2), sobretudo os itens relativos a usos sociais da língua e usos especiais da língua.

A partir do trabalho de observação etnográfica para se identificar as situações de usos sociais da língua e usos especiais, tem-se um leque de possibilidades sobre o qual as equipes executoras dos inventários poderão selecionar os usos mais significativos. No entanto, dada a riqueza e diversidade das situações sociolinguísticas no país, as possibilidades do que deve ser selecionado para a documentação de usos sociais das línguas são infinitas. Por isso, é importante organizar o que deve ser documentado devido às restrições de tempo e recursos dos inventários.

Isso é algo importante de ser considerado para inventários regionais ou com línguas geograficamente dispersas e com grande população. Nesses casos, de organização de pesquisa de campo mais complexa, sugere-se que exista uma equipe de documentaristas que possa realizar registros da língua em uma quantidade seleta de localidades. Essas equipes podem ter uma agenda separada da agenda de outros grupos das equipes dos inventários, caso necessário.

É importante que a documentação dos usos sociais das línguas ocorra sempre que possível nos locais onde vivem os seus falantes. As diferentes situações sociais, como reuniões, diálogos, festas, contos de estórias, etc., podem ser registradas espontaneamente ou em situações controladas, organizadas especialmente para a realização dos registros. Gravações em estúdio são interessantes quando se planejam produtos audiovisuais com maior nível de controle de ruídos e distrações do ambiente social, mas esses registros tendem a ter menor naturalidade e originalidade do que os gravados in loco.

Sugerimos o uso de diferentes técnicas e equipamentos para a captação de amostras de usos das línguas. Por um lado, é importante que um grupo seleta de registros seja feito com equipamentos de alta qualidade técnica. Por outro lado, as amostras podem ser documentadas através de ferramentas leves, populares e dinâmicas, como tablets, computadores e celulares, desde que essas ferramentas tenham bons dispositivos de captação audiovisual (ver informações técnicas no **Suplemento Metodológico** deste guia).

6.1.3 EQUIPE DE DOCUMENTARISTAS

Em inventários de grande população ou extensão territorial é importante que haja uma equipe de documentaristas com um plano de atividades específico – ainda que coordenado – das instâncias do inventário. Isso permite que a documentação tenha uma lógica de execução própria, melhorando recursos de tempo e financeiros, e permitindo que a documentação de amostras da língua se pautem pela seleção de situações exemplares e representativas.

As funções básicas a serem desempenhadas pela equipe de documentaristas são:

- organizar situações para captar fotos, vídeos e áudios
- pesquisar dados em acervos pré-existentes
- editar e digitalizar os produtos de documentação

- catalogar e organizar os dados
- compilar o Acervo Digital.

A qualificação das pessoas selecionadas para desempenhar essas funções pode variar de caso para caso, mas é necessário que as equipes demonstrem competência para a realização de registros audiovisuais de qualidade, bem como saibam organizar um acervo digital. É necessário que haja pelo menos a seguinte composição nas equipes:

- Um linguista familiarizado com técnicas e princípios de documentação linguística.
- Pessoa(s) capacitada(s) para captação, edição, catalogação e organização dos dados.
- Membros das comunidades linguísticas.

Não há restrições sobre o tamanho e composição das equipes. Em casos especiais, a equipe pode ter apenas um ou dois membros desde que correspondam às funções desejadas. Profissionais do audiovisual são desejáveis, mas não obrigatório caso as pessoas da equipe de documentaristas tenham competência para realizar as funções com qualidade. Nesse sentido, é muito importante que os inventários se organizem para a formação de equipe de documentaristas e/ou contratação de pessoas especializadas, caso não haja ninguém na equipe executora dos inventários que esteja familiarizado com esses procedimentos.

Formação de documentaristas na comunidade linguística

Contar com documentaristas da comunidade é algo benéfico para a documentação da língua devido a três fatores principais:

- Coletar uma gama diversa de usos da língua, em situações de comunicação mais próximas ao uso natural e com acesso a temáticas que não são alcançáveis por pessoas de fora da comunidade.
- Permitir que membros das comunidades escolham os usos linguísticos de maior relevância para seu grupo social, garantindo, assim, maior representatividade linguístico-cultural de amostras da língua
- Facilitar os processos de tradução e catalogação dos dados documentados.

As competências e habilidades para a formação dessas pessoas podem variar conforme a natureza de cada projeto, mas em suma deveriam dar conta dos seguintes pontos:

- Captação de áudio, vídeo e foto.
- Armazenamento de dados.
- Edição dos dados, especialmente em termos de tradução e catalogação.

É importante que a formação de documentaristas na comunidade ocorra no início de cada inventário. Essa formação pode seguir os seguintes passos:

OFICINA 1: TÉCNICAS DE CAPTAÇÃO

TEMA I: “o que queremos ao documentar amostras de usos da língua?”

TEMA II: “como organizar as pessoas e planejar as situações na comunidade para a documentação?”

TEMA III: apresentação dos equipamentos de captação

TEMA IV: prática no uso de equipamentos

TEMA V: teste-piloto de documentação de um tipo de uso social da língua (p.ex. “vamos documentar Dona Maria cuidando dos netos e entrevistá-la sobre os cuidados com as crianças em nossa comunidade”)

OFICINA 2: EDIÇÃO DE AMOSTRAS DE USOS DA LÍNGUA

Tema I: transferindo as amostras gravadas dos equipamentos de captação para o computador

TEMA II: nomeação dos arquivos audiovisuais e criação de arquivos para anotações (p.ex. ELAN ou planilhas)

TEMA III: salvando em local apropriado os arquivos de anotação e audiovisual correspondentes.

TEMA IV: Realizando a tradução:

- como traduzir de forma literal e livre
- alinhamento temporal entre a tradução e o áudio

TEMA V: Realizando outras anotações

OFICINA 3: ORGANIZAÇÃO DO ACERVO DIGITAL (SEÇÃO 6.4)

6.1.4 COMO EDITAR AS AMOSTRAS DE USOS SOCIAIS DA LÍNGUA?

Antes de se realizar qualquer tipo de edição aos arquivos de áudio e vídeo é importante que os arquivos originais tenham uma cópia que permanecerá intacta a qualquer ação de edição. Como guardá-los e organizá-los para o acervo digital está descrito na SEÇÃO 6.4.

As amostras de usos da língua deverão ser apresentadas em arquivos de áudio ou vídeo, tendo sido catalogadas e ter um conjunto mínimo de metadados (ver SEÇÃO 5 para mais informações). Além disso, deseja-se que essas amostras tenham um conjunto de anotações produzidas em programas como ELAN ou Transcriber, contendo os seguintes itens:

- Transcrição Ortográfica/Fonética (opcional – mas recomendado)
- Tradução (obrigatório)
- Observações linguístico-culturais (desejável sempre que oportuno)

Os arquivos audiovisuais de amostras de uso da língua podem ser editados seguindo o procedimento básico de edição que iremos descrever abaixo. Alternativamente, também são possíveis outros procedimentos de edição das amostras, como, por exemplo, quando os inventários optem por produzir documentários, álbuns de áudio ou outros produtos audiovisuais. É importante reforçar que, seja através do procedimento básico ou de outros procedimentos, os inventários deverão fornecer um conjunto mínimo de amostras de usos das línguas com anotações mínimas.

Uma anotação mínima é entendida como uma tradução livre da língua de referência para o Português. As traduções devem ter uma correspondência temporal direta com o segmento de fala sendo traduzido. Isso quer dizer que se a palavra, frase ou sentença tiver a duração de um segundo, a tradução deve corresponder àquele um segundo de fala na língua, temporalmente alinhada/simétrica com o segmento de fala que está sendo traduzido. Em alguns casos, pode-se utilizar de um intervalo de tempo maior para a tradução, especialmente quando se estiver fazendo legendagens em um vídeo, desde que a tradução não ocupe o tempo de um segmento de fala diferente.

Outros tipos de anotações que idealmente devem acompanhar as amostras de uso da língua são:

- Transcrição ortográfica e/ou fonética
- Tradução literal
- **Notas linguísticas** – com observações sobre elementos importantes da estrutura e do uso da língua
- **Notas socioculturais** – com observações sobre questões pragmáticas e culturais que servem para referenciar ou explicar um dado comportamento linguístico

Para informações sobre programas de computador, planilhas de decupagem, fontes e teclados para o trabalho com as anotações, ver o **Suplemento Metodológico** deste guia.

6.2 Documentação de Listas de Palavras na Língua

As listas de palavras são recursos importantes para comparar as diversas línguas faladas no Brasil a partir de palavras comuns, bem como para se produzir materiais de divulgação para o grande público. São também uma importante ferramenta para se comparar variedades internas de uma língua, bem como para se explorar a relação entre língua, sociedade e cultura a partir do léxico.

6.2.1 QUAIS LISTAS DEVEM-SE DOCUMENTAR?

São muitas as possibilidades de listas de palavras. Seguem abaixo algumas sugestões, das quais apenas a primeira é obrigatória para todos os inventários. As listas de 1-4 são padronizadas e as demais são não-padronizadas, ou seja, cabe aos inventários elaborá-las.

- Lista de Swadesh de 100 palavras
- Lista de Swadesh de 208 palavras
- Lista do setor de linguística do Museu Goeldi de 320 palavras
- Lista de Swadesh e Rowe de 375 palavras
- Vocabulário específico
- Vocabulário do inventário
- Vocabulário comparativo de variedades de uma língua
- Vocabulário ilustrativo de grafias na língua

Todos os inventários deverão produzir ao menos uma lista de vocabulário básico para cada língua de referência. Essa lista deve seguir a lista de 100 (cem) palavras de Morris Swadesh (doravante Swadesh-100), apresentada no Suplemento Metodológico a este Guia. A lista Swadesh-100 é bem limitada e possui poucos verbos, por isso também incluímos a lista de swadesh-208, que contém quase todas as palavras da lista Swadesh-100.

Para inventários de línguas indígenas, além de Swadesh-100, sugerimos listas mais extensas, como a lista de palavras do Museu Goeldi (com cerca de 320 palavras) ou a lista de Swadesh e Rowe (com cerca de 375 palavras). Essas duas últimas listas contêm a maior parte das palavras das listas de Swadesh.

Para inventários de línguas de imigração, línguas de sinais e línguas afro-brasileiras, bem como de línguas indígenas, é extremamente recomendável que outras listas de palavras sejam produzidas durante o processo de pesquisa. Um tipo bem interessante são listas de vocabulário específico, criadas para se registrar os termos referentes a valores e conhecimentos culturais específicos das comunidades linguísticas, incluindo neologismos, empréstimos. O projeto-piloto da língua Talian, por exemplo, produziu uma “lista de palavras de significância especial”, eleitas pelos membros da comunidade linguística como mais significativas e representativas da sua identidade como falantes da língua Talian¹⁸. O projeto-piloto de línguas afro-brasileiras coletou palavras referenciadas na literatura especializada sobre o léxico de origem africana da língua Portuguesa¹⁹.

Outro tipo de lista de palavras muito oportuno para os inventários é a coleta de um vocabulário do inventário com base na pesquisa das diversas temáticas do INDL (VOLUME 2). São palavras que entram no universo dos vocabulários específicos, porém elas servem como aporte e sistematização mais utilitária para a pesquisa dos inventários. Algumas temáticas são propícias para esse tipo de lista, entre as quais destacamos as que se seguem.

- Autodenominações da língua de referência, bem como de outras línguas na região.
- Denominação de variedades internas à língua.
- Denominações de usos especiais da língua.
- Empréstimos linguísticos do Português, bem como de outras línguas.
- Neologismos e empréstimos.
- Denominações de locais onde se fala a língua.
- Nomes tradicionais dos falantes de referência da língua.

Listas de palavras também são suportes importantes para a investigação de temas como **língua e variedades** e **situação de escrita na língua** (VOLUME 2), de modo que essas também devem estar no acervo digital como uma das listas de palavras opcionais dos inventários. Enquanto as listas padronizadas sugeridas acima podem servir para o propósito de comparar variedades internas e amostras de escrita da língua, é sempre mais apropriado produzir listas de palavras originais para servir a esses propósitos. Salientamos que para amostras de uso da língua escrita, é interessante documentar o que se convencionou chamar de paisagem linguística, ou seja, documentar a presença visual da língua escrita em placas, cartazes, estabelecimentos comerciais, inscrições em cemitérios etc.

18. Inventário da diversidade Cultural da Imigração Italiana: o Talian e a culinária. IPHAN/Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, 2010.

19. Levantamento Etnolinguístico de Comunidades Afro-brasileiras. Projeto-piloto INDL, 2011.

6.2.2 COMO DOCUMENTAR AS LISTAS DE PALAVRAS?

As listas de palavras deverão ser gravadas em áudio e/ou vídeo. Cada palavra das listas na língua de referência deve ser repetidas duas ou três vezes pelos falantes. Elas devem ser transcritas, usando-se de uma ortografia para língua (ou transcrição fonética, se necessário), e conter notas sobre tradução de termos e aspectos linguístico-culturais relevantes. Essas anotações podem ser feitas em programas como ELAN e Transcriber, ou podem ser feitas em planilhas de decupagem. Como salientamos anteriormente, é interessante que as palavras sejam traduzidas isoladamente e em frases simples.

Muitas das palavras nas listas padronizadas sugeridas são difíceis de serem traduzidas sem um contexto gramatical nas línguas de referência. Em geral, alguns substantivos como “pé” precisam de um possuidor (“pé de alguém”). Verbos fora de uma frase podem ter um sentido ambíguo entre formas transitivas (p.ex. quebrei a cadeira) e intransitivas (a cadeira quebrou). Tempo, pessoa e outras flexões verbais também podem gerar ambiguidades (sugerimos a tradução para situações em que os argumentos verbais sejam sempre na 3ª pessoa e o tempo no passado recente). Assim, sugerimos que, na coleta de palavras para cada lista, palavras isoladas sejam coletadas primeiramente, e, em seguida, as mesmas palavras numa sentença.

Para as listas de vocabulário específico não é interessante partir de uma seleção de termos em Português para então pedir sua tradução. A melhor metodologia é escolher campos semânticos (ou seja, domínios do conhecimento cultural) e explorar a expressão de conceitos dentro desses campos. Citamos alguns exemplos de campos semânticos:

- culinária;
- doenças e curas;
- caça;
- mundo sobrenatural;
- plantas (comestíveis, da roça, do mato, etc.);
- música e dança.

Para se produzir listas dessa natureza é recomendável um trabalho coletivo, sobretudo através de reuniões comunitárias, além de pesquisadores-falantes e observações etnográficas.

6.3 Documentação gramatical

Este Guia não propõe explicitamente a coleta de informações relativas à organização gramatical das línguas. Mesmo assim, esse tipo de dado pode ser incluído no acervo digital. Além disso, esse tipo de informação pode ser extremamente útil para se caracterizar as diferenças entre as variedades de uma língua.

Levando essas questões em consideração, se disponibiliza como um recurso extra duas listas de frases que visam à documentação gramatical. A primeira é uma lista básica, sumária, elaborada pela linguista Bruna Franchetto. A segunda, bem mais extensa, é o Formulário para pesquisa tipológica em línguas indígenas brasileiras do Museu Nacional (UFRJ), elaborado por Ruth Monserrat, Marília Facó Soares e Tania Clemente de Souza. Apesar de seu foco inicial ter sido as línguas indígenas, ele pode ser implementado para outras línguas também. As equipes ainda podem elaborar seus próprios questionários gramaticais, caso desejem.

6.4 Armazenamento, organização e catalogação dos dados do acervo digital

Nessa seção, apresentamos um conjunto de orientações para se organizar o acervo digital durante a pesquisa. Recomenda-se que os dados sejam sempre armazenados em mais de um disco rígido externo, e que sejam realizados backups periodicamente.

O acervo digital é concebido a partir de três tipos de dados: dados primários, dados de fontes secundárias e metadados. Dados primários é tudo o que a equipe executora do inventário consiga produzir em primeira mão, enquanto dados de fontes secundárias foram produzidos por outros. Metadados são os “dados sobre os dados”, ou seja, um conjunto de especificações e descrições que explicam e categorizam tanto os dados originais quanto os dados não originais. São importantes para catalogar e fornecer informações sobre os itens do acervo digital. Deverão ser fornecidas informações de metadados para todo e qualquer item do acervo de documentação linguística.

Deseja-se que os inventários possam produzir o máximo possível de dados primários, mas entende-se que em certos casos já existam bons dados de documentação que seriam oportunamente integrados aos inventários. Hyperlinks para fontes de dados secundários na internet podem ser utilizados, mas é necessário que cópias físicas desses dados sejam disponibilizadas ao final dos inventários, de modo que venham compor um futuro sistema informatizado. Os metadados, no entanto, deverão ser todos produzidos pelas equipes executoras dos inventários, seguindo os padrões de catalogação e organização dos dados discutidos a seguir.

Para informações sobre formatos de arquivos do acervo digital, **ver o Suplemento Metodológico.**

6.4.1 FLUXO DE CATALOGAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

Para efeitos de organização dos dados, sugerimos que seja criado um diretório (uma pasta) em um disco rígido externo de pelos menos 300GB, que seja específica para o acervo digital do INDL. Os dados devem vir organizados em seções, sendo cada sessão um subdiretório (pasta) no computador das equipes realizando os inventários.

Recomenda-se criar uma seção correspondente a uma situação ou evento com um tema e recorte específicos dentro do universo social da língua, com os quais um ou mais arquivos estão relacionados. Por exemplo, suponhamos que uma equipe documentou uma canção. Caso se tenha apenas um arquivo de áudio dessa canção, temos assim uma seção com um único arquivo. Se durante essa canção foram tiradas fotos, feito um vídeo (além do áudio) e depois foi realizada a transcrição dessa canção, temos assim uma seção com diversos arquivos: o áudio, o vídeo, as fotos e o arquivo contendo a transcrição da canção.

Quando eventos culturais mais complexos forem gravados, pode-se optar por organizar os dados em seções distintas – cada uma sendo relevante a uma situação em particular dentro do evento. Outra possibilidade é a organização do evento numa única sessão dividida em subseções. Uma subseção nada mais é que uma sessão dentro de outra mais abrangente, e deve ter um diretório (pasta) específico dentro da sessão. Por exemplo, suponhamos a documentação de uma festa. Durante a festa ocorrem diferentes eventos de fala, como discursos, canções, além de danças, músicas, etc. Cada um desses eventos podem ser delimitados como uma subseção, onde os produtos de documentação específicos a esses eventos serão encontrados. Dados referentes ao evento como todo, mas não a uma subseção deverão estar dentro do diretório da seção, mas fora de qualquer subseção.

Cada seção deve ter um título, escolhido livremente pelas equipes. Esse título deverá ser copiado para cada um dos arquivos contidos na mesma seção. Caso haja mais de um arquivo com a mesma extensão ou tipo (áudio, anotações, fotos, etc.) sugere-se o uso do símbolo “_” e uma numeração sequencial. Por exemplo:

 Foto da maloca_1.jpeg

 Foto da maloca_2.jpeg

O mesmo vale para as subseções, que deverão ter o mesmo título da sessão principal, seguido de “_” e o nome da subseção: título.seção_título.subseção. Veja o exemplo abaixo:

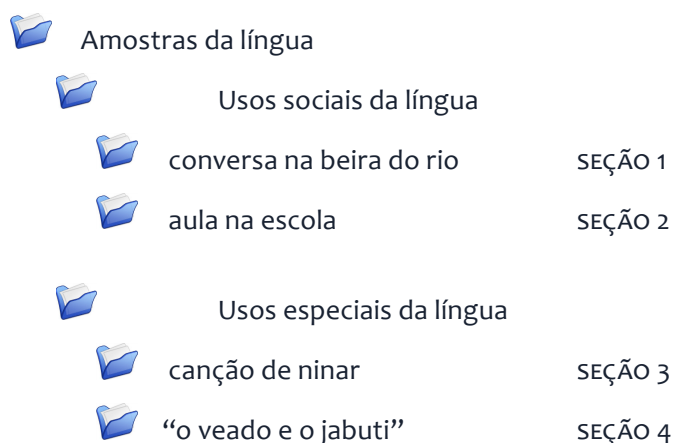
 festa da polenta TÍTULO DA SEÇÃO

 festa da polenta_cozinha TÍTULO DA SEÇÃO

 festa da polenta_receitas_panela no fogo TÍTULO DA SEÇÃO

É importante que se forem feitas divisões nos arquivos de áudio e vídeo para divisão em seções e subseções (usando programas como AUDACITY ou SOUNDFORGE), se conserve uma cópia inalterada de todo o arquivo seja preservada conforme a captação original. Esse arquivo pode ficar no diretório maior, que inclui os diretórios menores e subseções.

Para efeitos práticos, sugerimos que as equipes organizem suas seções seguindo a lógica dos objetivos da documentação linguística aqui proposta. Assim, as equipes devem criar um diretório para cada objetivo de documentação e dentro deles um conjunto de seções e subseções pertinentes. Por exemplo, para o objetivo Documentação da língua teremos um diretório, e dentro dele teremos um diretório para usos sociais da língua e outro para usos especiais da língua. Haverá uma seção para cada evento documentado. As seções estarão dentro do diretório pertinente: ou no diretório de usos sociais da língua ou no diretório de usos especiais da língua. Veja o exemplo a seguir.



As tabelas abaixo dão mais detalhes sobre esse formato de organização:

DIRETÓRIO AMOSTRAS DE USOS DA LÍNGUA	EXEMPLOS DE SEÇÕES
Um diretório para usos sociais da língua e uma seção para cada item documentado.	Diálogo entre a senhor X e a senhora Y Homens vendendo peixe na praia Instrução sobre como se deve fazer um bom roçado
Um diretório para usos especiais da língua e uma seção para cada item documentado.	Discurso proferido pelo senhor J Diálogo cerimonial entre dois cunhados Culto na igreja luterana
Um diretório para entrevista com falantes de referência.	Entrevista_Padre Y Entrevista_Pajé X
Observações: dentro de uma mesma seção entrariam fotos, vídeos, áudios, anotações, etc., referentes ao mesmo evento ou situação.	

DIRETÓRIO LISTA DE PALAVRAS	EXEMPLOS DE SEÇÕES
Um diretório para todas as listas de Swadesh e uma seção para cada situação em que a lista de 100 palavras de Swadesh for gravada.	Lista de 100 palavras de Swadesh_sra X Lista de 100 palavras de Swadesh_senhor Y
Uma seção para cada situação em que listas suplementares forem gravadas (opcionalmente pode-se criar um diretório para cada categoria de listas).	Lista de empréstimos linguísticos_escola estadual X; Lista de neologismos_comunidade X Lista de variação linguística_1 Lista de variação linguística_2
Observações: caso decida converter o áudio de uma lista de palavras em múltiplos arquivos de áudio, estes estariam naturalmente dentro de uma mesma seção.	

DIRETÓRIO LOCALIDADES E TERRITÓRIOS	EXEMPLOS DE SEÇÕES
Uma única seção para todos os mapas e demais informações sobre a totalidade do território da língua e/ou da pesquisa.	Território da língua M
Uma seção para cada localidade.	Localidade_taboca Comunidade_ribeirão
<p>OBSERVAÇÕES:</p> <p>Fotos, vídeos, mapas bem como outras informações de cada localidade estariam na seção pertinente a cada localidade em particular;</p> <p>Quaisquer outras informações geodemográficas que abordam mais de uma comunidade em particular estariam na seção pertinente ao território da língua. P.ex. mapa sobre o território da língua, mapa mostrando número de falantes em diferentes localidades, etc.</p>	

DIRETÓRIO DIGITALIZAÇÕES	EXEMPLOS DE SEÇÕES
Uma seção para cada tipo de documento digitalizado.	Fac-símile de oficialização; Amostras de grafias da língua; Publicações na língua.

Algumas equipes podem entender que certos tipos de arquivos de documentação não se encaixam em nenhuma das categorias acima. Nesse caso, sugere-se duas alternativas: ou se criar um diretório específico para abrigar o conjunto desses registros, ou criar uma pasta de “miscelâneas” onde estes tipos de arquivos seriam encontrados.

6.4.2 METADADOS

O acervo digital deve ser acompanhado de metadados. Devem conter um conjunto de informações sobre os itens de documentação. Existem duas planilhas de meta-dados para o INDL: uma somente para os itens de áudio, vídeo e anotações entendidos como amostras de usos sociais da língua e listas de palavras, e outra para os demais itens de documentação (nos exemplos abaixo, cada número deverá corresponder a uma coluna na planilha).

OS METADADOS PARA AMOSTRAS DE USOS DA LÍNGUA E LISTAS DE PALAVRAS SÃO OS SEGUINTEs:

SEÇÃO: o nome do diretório onde se encontram os itens de documentação.

TÍTULO DO ARQUIVO DE ÁUDIO: o nome criado para cada um dos arquivos de áudio.

TÍTULO DO ARQUIVO DE VÍDEO: o nome criado para os itens de vídeo.

TÍTULO DO ARQUIVO DE ANOTAÇÃO: o nome criado para os arquivos contendo traduções, transcrições, e outros tipos de anotações.

PARTICIPANTES: o nome de indivíduos e/ou grupos sociais específicos que estão participando da situação ou evento sendo registrado.

CONTEÚDO: palavras-chave + breve descrição (mais ou menos 200 palavras) sobre o conteúdo de cada item.

AUTOR: As pessoas ou instituição responsável pela criação, registro ou produção original do item.

LOCAL: a localidade onde o item foi criado, registrado ou produzido.

DATA: no formato DD/MM/AAAA (Dia, Mês e Ano) quando o item foi criado, registrado ou produzido.

CONTEXTUALIZAÇÃO: breve relato de como o item foi produzido, registrado ou criado.

INFORMAÇÕES TÉCNICAS: informações sobre procedimentos técnicos que o item passou após o seu registro, criação ou produção.

ACESSO: se o item tem a permissão dos participantes como:

- **ACESSO LIVRE**, incluindo reprodução por terceiros.
- **ACESSO RESTRITO**, somente para atividades de promoção e valorização da língua, desenvolvidas pelo Iphan/MinC e demais instituições responsáveis pelas ações de salvaguarda da diversidade linguística.
- ou **INDISPONÍVEL** para o grande público (acesso permitido somente para a comunidade, instituição proponente e Iphan).

Os metadados sobre amostras de usos da língua privilegiam as seções como uma unidade máxima de referência, pois se entende que cada seção corresponde a uma unidade de uso da língua cuja documentação é primariamente por áudio e vídeo. Sugere-se ainda que as equipes possam usar e criar um sistema de metadados para os **participantes**, sobretudo para os falantes de referência.

OS METADADOS PARA OS DEMAIS ITENS DE DOCUMENTAÇÃO POSSUEM UMA ESTRUTURA MAIS SIMPLES, A SABER:

TÍTULO DO ITEM: o nome criado para cada um dos itens em uma seção.

CLASSIFICAÇÃO: a qual objetivo de documentação ele atende (se não atender nenhum, marcar outros) (vocabulário controlado).

DIRETÓRIO/SEÇÃO: o nome do diretório onde se encontra o item.

AUTOR: As pessoas ou instituição responsável pela criação, registro ou produção original do item.

LOCAL: a localidade onde o item foi criado, registrado ou produzido.

DATA: no formato DD/MM/AAAA (Dia, Mês e Ano) quando o item foi criado, registrado ou produzido.

CONTEÚDO: de 3 a 5 palavras-chave.

ACESSO: se o item tem a permissão dos participantes e produtores para ser acessado livremente, somente com permissão ou indisponível (vocabulário controlado).

BIBLIOGRAFIA

ASH, Anna; FERMINO, Jessie Little Doe; HALE Ken. Diversity in Local Language Maintenance and Restoration: A reason for optimism. In: HALE Ken; HINTON, Leanne (EDS.). *The green book of language revitalization in practice*. San Diego: Academic Press, 2001. p. 19-38.

APPEL, René; MUYSKEN, Pieter. *Bilingüismo y contacto de lenguas*. Barcelona: 1996.

ALTENHOFEN, Cléo V. *O conceito de língua materna e suas implicações para o bilingüismo* (em alemão e português). Jahrbuch. Institut Martius-Staden, São Paulo, v. 49, p. 141-161, 2002.

_____. Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Christine et al. (ORGS.). *Política e políticas linguísticas*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013. p. 93-116

ALTENHOFEN, Cléo V; BROCH, Ingrid K. Fundamentos para uma “pedagogia do plurilingüismo” baseada no modelo de conscientização linguística (language awareness). In: BEHARES, Luis E. (ORG.). *V Encuentro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas*. Universidad de la República y Asociación de Universidades Grupo Montevideo: Montevideo, 2011. p. 15-24.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. [1967]. In POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.

BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística aplicada às ciências sociais*. 6.ed. Florianópolis: UFSC, 2006

BAUMAN, Richard. SHERZER, Joel. The Ethnography of Speaking. *Annual Review of Anthropology*. 4:95-119. 1975

BAUMAN, Richard. Verbal Art as Performance. *American Anthropologist*, v. 77, n. 2, p. 290-311, 1975.

BESSA FREIRE, José Ribamar. *Da “fala boa” ao português na Amazônia brasileira*. Disponível em: <http://www.taquiprati.com.br/arquivos/pdf/FalaboaVersao2001.pdf>

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: USP, 1996.

_____. *Language and Symbolic Power*. Cambridge: Polity, 1991.

BRASIL: Censo Demográfico. Série Nacional, Volume 1. Rio de Janeiro: IBGE – Conselho Nacional de Estatística / Serviço Nacional de Recenseamento, 1956. Disponível em: http://biblioteca.ibgp.ex.ov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v1_br.pdf

BRASIL. Decreto nº 7.387, de dezembro 2010. Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Brasília, 2010

- BRASIL.** Decreto nº 5.626, 22 dezembro 2005. Regulamenta a Lei 10.436/2002. Brasília, 2005
- BRASIL.** Lei nº 10.436, de 24 abril 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. 2002
- BRIGHT, William.** As dimensões da sociolinguística. IN: FONSECA, Maria Stella V.; NEVES, Moema F. (ORGS.). *Sociolinguística*. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1974.
- BRIGGS, Charles L.; BAUMAN, Richard.** Genre, Intertextuality, and Social Power. *Journal of Linguistic Anthropology*, v. 2, n, 2, p. 131-72. 1992.
- CALVET, Louis-Jean.** *Sociolinguística – uma introdução crítica*. São Paulo: Editora Parábola, 2002.
- _____. *As políticas linguísticas*. São Paulo: Editora Parábola: IPOL, 2007.
- _____. *Towards an Ecology of World Languages*. Cambridge: Polity Press, 2006.
- CARDOSO, Fabiola.** *Línguas como patrimônio imaterial: etnografia de debate*. 2010. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, 2010.
- CRYSTAL, David.** *Language Death*. Cambridge: Cambridge University Press/United Kingdom, 2000.
- DECKER, Ken; GRUMMIT, John.** *Understanding Language Choices: A guide to sociolinguistic assessment*. Dallas: SIL International, 2012.
- DURANTI, Alessandro.** *Linguistic Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- _____. Linguistic Anthropology: History, Ideas and Issues. IN: Duranti, Alessandro (ED.). *Linguistic Anthropology: a reader*. 2. Ed. Blackwell, 2009.
- Dossiê Línguas do Brasil, um conjunto de artigos publicados em *Patrimônio: Revista Eletrônica do Iphan*, nº 6, Janeiro de 2007
- FERGUSON, Charles.** Diglossia. IN: FONSECA, Maria Stella V.; NEVES, Moema F. (ORGS.). *Sociolinguística*. v. 3. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974, p. 99-116.
- FISHMAN, Joshua A.** *Reversing Language Shift: Theoretical and Empirical Foundations of Assistance of Threatened Languages*. Multilingual Matters, 1991.
- _____. (ED.). *Can threatened language be saved? Reversing Language Shift Revisited: a 2st century perspective*. Multilingual Matters, 2001.
- _____. *A sociologia da linguagem*. In: FONSECA, Maria Stella V.; NEVES, Moema F. (ORGS.). *Sociolinguística*, v. 3. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974, p. 25-40.
- FONSECA, Maria Stella V.; NEVES, Moema F. (ORGS.).** *Sociolinguística*, v. 3. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

FONSECA, Marília Cecília Londres. Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio. *O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê Final das atividades da comissão e do grupo de trabalho patrimônio imaterial*. 5ª edição: março 2012. IPHAN.

_____. A diversidade linguística no Brasil: considerações sobre uma proposta de política. *Dossiê Línguas do Brasil*, 6 Janeiro /Fevereiro 2007. IPHAN.

FRANCHETTO, Bruna. Línguas em perigo e línguas como patrimônio imaterial: duas ideias em discussão. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. nº 32, p. 182-205, 2005.

GARCIA, M. V. C. *Línguas como patrimônio: Relato de um processo de busca por reconhecimento*. 2006 a criação do livro de registro das línguas realizado pela Comissão de Educação e Cultural da Câmara dos Deputados.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRENOBLE, Lenore A.; WHALEY, Lindsay J. *Saving Languages: an introduction to language revitalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

GTDL. Relatório Atividades 2006-2007. portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=840

GTPI. Relatório Final das Atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. In: *O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê Final das atividades da comissão e do grupo de trabalho patrimônio imaterial*. 5 ed, 2012.

GUMPERZ, John J. The speech community. In: DURANTI, Alessandro. (ED.). *Linguistic Anthropology: a reader*. 2. ed. Blackwell, 2009.

GUY, Gregory Riordan. ZILLES, Ana. *Sociolinguística quantitativa*. São Paulo: Parábola, 2007

HAGÈGE, Claude. *No a la muerte de las lenguas*. Barcelona: Ed. Paidós, 2001.

HALE, Kenneth. Endangered languages. *Language*, v.68, n. 1, p. 1–3, 1992.

HAMEL, Rainer Enrique. La globalización de las lenguas en el siglo XXI: entre la hegemonia del Inglés. In: HORA, Demerval da; LUCENA, Rubens Marques de. *Política Linguística na América Latina*. João Pessoa: Ideia/Editora Universitária, 2008.

HARRISON, David K. *When Languages Die: the extinction of the world's languages and the erosion of human knowledge*. Oxford: Oxford University Press, 2007

HINTON, Leanne. Language Revitalization: an overview. In: HALE, Ken; HINTON, Leanne (EDS.). *The green book of language revitalization in practice*. San Diego: Academic Press, 2001. p. 3-18.

KRAMSCH, Claire. *Language and Culture*. Oxford University Press, 2000.

LEWIS, M.; PAUL, SIMONS, Gary F.; FENING, Charles D. (EDS.). *Ethnologue: Languages of the World*. 17. ed. Dallas: SIL International, 2013.

LUCCHESI, Dante (ORG.); BAXTER, A. (ORG.); RIBEIRO, Ilza (ORG.). *O Português Afro-Brasileiro*. v. 1. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2009.

- MAFFI, Luisa. Linguistics, Cultural and Biological Diversity. *Annual Review of Anthropology*, n. 34, p. 599-617, 2005.
- MARCHUSCHI, L.** Gêneros Textuais: definição e funcionalidade. IN: DIONÍSIO, A. et al. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- MICHAEL, Lev.** Language and Culture. In Austin Peter K. & Julia Sallabank (eds.). *The Cambridge Handbook of Endangered Languages*. 2011.
- MILLER, Carolyn.** Genre as Social Action. *Quarterly Journal of Speech*, n° 70, p. 151-167, 1984.
- BRASIL.** Ministério da Educação. RESOLUÇÃO N° 5, DE 22 DE JUNHO DE 2012: Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. 2012.
- BRASIL.** Ministério da Educação. RESOLUÇÃO N° 8, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. 2012.
- MOORE, Denny.** Línguas Indígenas. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso. (ORG.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 217-239.
- MOORE, Denny; GABAS JUNIOR, Nilson.** O futuro das línguas indígenas brasileiras. In: FORLINE, Louis; VIEIRA, Ima; MURRIETA, Rui (EDS.). *Amazônia 500 anos*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004. p. 333-354.
- MOSLEY, Christopher (ED.)**. *Atlas of the World's Languages in Danger*. 3. ed. Paris: Editora da Unesco. 2010. Disponível em: (www.unesco.org/culture/en/endangeredlanguages/atlas)
- NETTLE, Daniel.** Linguistic diversity of the Americas can be reconciled with a recent colonization. *Proceedings National Academy of Science*. v. 96, p. 3325-3329, 1999.
- _____. Exploring Global Patterns of Linguistic Diversity. *Journal of anthropological archaeology*, v17, 354-374, 1998.
- NETTLE, Daniel; ROMAINE, Suzanne.** *Vanishing Voices: the extinction of the world's languages*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- NICHOLS, Joan.** *Linguistic diversity in space and time*. Chicago: Chicago University Press, 1992.
- MORELLO, Rosângela.** Uma política pública e participativa para as línguas brasileiras: sobre a regulamentação e a implementação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). *Revista Gragoatá*, no 32, 2012
- OLIVEIRA, Gilvan Müller de.** Brasileiro fala português: Monolingüismo e Preconceito Lingüístico. In: MOURA & SILVA (org.) *O direito à fala - a questão do preconceito lingüístico*. Florianópolis: Editora Insular, 2000.
- _____. *Línguas como patrimônio imaterial*. 2005. Disponível em: <http://www.ipol.org.br/ler.php?cod=281>
- _____. *Plurilingüismo no Brasil*. Brasília: UNESCO/IPOL, junho de 2008. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001611/161167por.pdf>

OLIVEIRA, Gilvan Müller de & ALTENHOFEN, Cléo V. O in vitro e o in vivo na política da diversidade lingüística do Brasil: inserção e exclusão do plurilingüismo na educação e na sociedade. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso (orgs.). *Os contatos lingüísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 187-216.

RASO, Tommaso; MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V. Os contatos lingüísticos e o Brasil – Dinâmicas pré-históricas, históricas e sociopolíticas. IN: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso. (Org.). *Os contatos lingüísticos no Brasil*. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 13-56.

RODRIGUES, Aryon D. Endangered Languages in Brazil. In: *Symposium on Endangered Languages of South America*. Leiden: Rijks Universiteit, 1993. Manuscrito não publicado

_____. Sobre as Línguas Indígenas e sua pesquisa no Brasil. *Ciência e Cultura* v. 57, n. 2, 2005.

_____. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. *D.E.L.T.A.São Paulo*, v. 9, n. 1, p. 83-103, 1993

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Ática, 1985.

_____. *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: Pontes e Ed. da UNICAMP, 1989.

Unesco. Task force on languages and multilingualism: compendium on ongoing activities concerning languages and multilingualism (2006-2007). 2007. unesdoc.unesco.org/images/0015/001508/150831e.pdf

_____. Education in a multilingual world: Unesco education position paper. Paris: Unesco. 2003.

_____. Endangered Languages. *The Intangible Heritage Messenger*. 2006.

_____. UNESCO Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions. 2005.

_____. Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. 2003a

_____. Language Vitality and Endangerment (Unesco Ad Hoc Group on Endangered Languages). 2003b

WEINRIECH, U.; LABOV W.; Herzog M. I. *Fundamentos Empíricos Para Uma Teoria da Mudança*. Parábola, 2006.

WOODURY, Tony. Defining documentary linguistics. In: Peter K. Austin (ed.). *Language documentation and description*, v. 1, p. 35-51. 2003.





